

Agenda

Março

Início no dia [30]

II Curso de Especialização em Neuropsicologia - Do Instituto de Doenças Neurológicas de São Paulo "Prof. Dr. Raul Marino Jr.". Com duração de 2 anos. Inscrições até o dia 10 e seleção a partir do dia 12. Informações e inscrições com Neusa, pelos telefones (11) 3082-9800 ou 3082-9544, ou no site www.psicocursos.com.br

Abril

IX Curso de Especialização em Depen-

dência Química - Da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas da Unifesp. Tem duração de um ano e coordenação do Prof. Dr. Ronaldo Laranjeira. É preciso ler textos em inglês. A inscrição no processo de seleção custa R\$ 70, a matrícula, R\$ 150, e as mensalidades são pagas em 18 parcelas de R\$ 400. Na Rua Botucatu, 934, Vila Clementino, São Paulo. Informações pelo telefone 5571-0493, pelo e-mail [cursos@uniad.com.br](mailto: cursos@uniad.com.br) ou no site www.uniad.org.br.

[2] Curso de Formação em Psicanálise de Crianças - É dirigido a profissionais da área de saúde e afins. Oferecido pelo CEP, com coordenação de Mônica Seincman. Na Rua Alm. Pereira Guimarães, 378, São Paulo, das 19h30 às 22h. Informações e inscrições pelos telefones (11) 3865-0017 / 3864-2330, pelo e-mail [cep@centropsicanalise.com.br](mailto: cep@centropsicanalise.com.br) ou no site www.centropsicanalise.com.br

[3 e 4] VII Congresso Brasileiro de Qualidade em Serviços e Sistemas de Saúde - O tema é Diálogos de Qualidade na Saúde. Na FVG-EA-ESP, Avenida 9 de Julho, 2.029,

São Paulo. Os trabalhos devem ser enviados até o dia 5 de março. Informações pelos telefones (11) 3281-3222/7717, no site www.qualihosp.com.br ou pelo e-mail qualihosp@fgvsp.br. Inscrições no site.

[10] Audiovisual: "Para conhecer... Carl Gustav Jung" - no Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP), na Rua Almirante Pereira Guimarães, 378. Das 17h às 19h Grátis. Informações pelos telefones (11) 3865-0017 e 3864-2330, no endereço www.centropsicanalise.com.br ou pelo e-mail [cep@centropsicanalise.com.br](mailto: cep@centropsicanalise.com.br)

[27] Debate: "A Ausência de Angústia na Hipermmodernidade: Clínica e Trabalho" - no Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP), na Rua Almirante Pereira Guimarães, 378. Das 19h às 21h Grátis. Informações pelos telefones (11) 3865-0017 e 3864-2330, no endereço www.centropsicanalise.com.br ou pelo e-mail [cep@centropsicanalise.com.br](mailto: cep@centropsicanalise.com.br)

Abril a Dezembro

Avaliação e tratamento interdisciplinar de dor - Do Centro de Dor do Departamento de Neurologia do Hospital das Clínicas. Os objetivos são cCaracterizar o atendimento interdisciplinar em clínica de dor, introduzindo os principais conceitos sobre avaliação e tratamento e desenvolver o raciocínio clínico e fornecer subsídios para formação na área de dor. De 2 de abril a 7 de dezembro. No Centro de Convenções Rebouças (Avenida Rebouças, 600), às segundas-feiras. Custa a partir de R\$ 1.120. Mais informações pelo telefone (11) 3868-3814, pelo e-mail [cursodedor@grupodedorusp.org](mailto: cursodedor@grupodedorusp.org) ou no site www.grupodedorusp.org

Maio

[3, 4 e 5] II Congresso de Psicopedagogia do Nordeste - No centro de Convenções de Pernambuco. Informações no site www.cepai.com.br

Junho

[2] VIII Simpósio da Associação de Psicoterapia Psicanalítica - O tema será "A Violência na Sociedade Contemporânea". Mais informações pelos telefones 5573-9430, 5549-1486 ou 5549-1486

[28 a 30] Seminário "Mídia e Psicologia: produção de subjetividade e coletividade" - Promovido em parceria com o Conselho Regional de Psicologia - 5ª Região/RJ e com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia-ABEP, com o apoio do Instituto de Psicologia e Escola de Comunicação da UFRJ. No Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campus Praia Vermelha - Urca. O objetivo é discutir a mídia e a produção de subjetividade e pensar como a psicologia pode participar desse debate. Informações no site www.pol.org.br

psi

jornal de psicologia  crp sp

número 151 • março | abril 2007



**produção de referências
para o exercício
profissional**

Editorial 02

03 Conversando com o Psicólogo

Psicólogos são contrários à aprovação do Ato Médico e as discussões continuam na Câmara dos Deputados.

06 Formação

A ABEP entende ser necessário debater com mais profundidade a educação a distância.

04 Ciência e Profissão

Avaliação psicológica é obrigatória para o registro e porte de arma, conferindo aos psicólogos importante papel no combate à violência.

08 Políticas Públicas

Psicólogos estão inseridos no SUAS para construir estratégias e alternativas para o atendimento em situações de vulnerabilidade.

10 Um Mundo Melhor é Possível

Projeto Cala-Boca Já Morreu realiza oficinas de rádio, televisão e jornal para formar cidadão sem medo de expressar suas opiniões.

11 Interior

Subsede do Vale do Paraíba firma parceria com programa Refazendo Laços.

12 Seção Aberta

VI CNP pretende avançar no compromisso social da Psicologia.

15 Orientação

Dicas sobre o que é preciso para abrir um consultório.

16 Questões Éticas

Responsável técnico deve cuidar para que o atendimento seja feito com qualidade a despeito de eventuais pressões da direção das instituições.

17 Opinião

Celso Schoreder pensa a liberdade de expressão e as consequências de sua censura.

18 Nuestra América Latina

Encontro na Argentina aborda nova visão sobre os desastres e como a Psicologia pode trabalhar para uma política de prevenção.

20 Livros

Beatriz Cunha comenta a obra "Políticas Públicas em Educação: uma análise crítica a partir da Psicologia Escolar".

21 Estante

22 Mural

Agenda



Conselho Regional de Psicologia SP

Psi Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Maria da Graça Marchina Gonçalves
Vice-presidente | Maria Ermínia Ciliberti
Secretária | Lucia Fonseca de Toledo
Tesoureiro | Elisa Zaneratto Rosa

Conselheiros efetivos

Andréa Torres, Chica Hatakeyama Guimarães, Débora Cristina Fonseca, Elcimara Meire da Rocha Mantovani, Elcio dos Santos Sequeira, Elisa Zaneratto Rosa, Fátima Regina Riani Costa, José Roberto Heloani, Lúcia Fonseca de Toledo, Maria da Graça Marchina Gonçalves, Maria Cristina Barros Maciel Pellini, Maria Ermínia Ciliberti, Maria José Medina da Rocha Berto, Marilene Proença Rebello de Souza, Patrícia Garcia de Souza.

Conselheiros suplentes

Ana Paula Pereira Jardim, Andréa de Conto Garbin, Adriana Elko Matsumoto, Carmem Sílvia Rotondano Taverna, Daniela Fogagnoli, Elda Varanda Dunley Guedes Machado, Lumena Celi Teixeira, Maria Izabel do Nascimento Marques, Oliver Zancul Prado, Sandra Elena Sposito, Sueli Ferreira Schiavo, Valéria Castro Alves Cardoso Penachini, Vera Lúcia Fasanella Pompílio, Zuleika Fátima Vitoriano Olivan

Gerente-geral Diógenes Pepe

Comissão de Comunicação

Coordenadora | Andréa Torres

Membros | Lumena Teixeira, Sueli Ferreira Schiavo e Oliver Zancul Prado

Edição e textos AIPY Comunicação Expandindo Horizontes

(11) 3487 2092

Jornalista Responsável Luís H R Carrijo (MTb 17296)

Colaboração Mariana Sant'Anna, Ana Paula Kuntz e Roberto Lima

Projeto gráfico e Editoração Fonte Design (11) 3864 8974

Ilustrações Gilberto Tomé, Luciana Nishimura e Gabriel Borges

Foto da Capa, da Seção Aberta Rogerio Cassimiro/Folha Imagem

Impressão Gráfica Esdeva

Tiragem 55.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo - SP
tel. (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Site http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322 6224, 3322 3932
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243 7877, 3241 8516
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620 1377, 3623 5658
Grande ABC | tel. (11) 4436 4000, 4427 6847
Baixada Santista e Vale do Ribeira | tel. (13) 3235 2324, 3235 2441
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235 2883, 3235 5047
Vale do Paraíba | tel. (12) 3631 1315

“O VI CNP está guiado, na sua temática, pelo propósito de tirar a Psicologia do discurso do compromisso para alcançar a realização dele em todos os locais de trabalho dos psicólogos. Queremos abrir novos espaços do exercício profissional para os quais já temos a competência acumulada, mas que numa escala de trabalho a inserção ainda não está consolidada”

Ana Mercê Bahia Bock

“As situações de vulnerabilidade e risco como famílias e indivíduos com perda de vínculos de afetividade e sociabilidade e questões ligadas a diferentes formas de violência doméstica requerem o olhar do profissional da Psicologia no SUAS”

Ana Stella

“O Encontro Internacional Psicologia das Emergências e dos Desastres, em Buenos Aires, pretende construir uma rede latino-americana de psicólogos preparados para trabalhar essa temática”

Susana Chames

Hora de mobilização

Mobilização I

Os psicólogos foram chamados a participar dos eventos que culminam com a realização do VI Congresso Nacional da Psicologia, o VI CNP dos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia. Agora é a hora da mobilização. Em todo o Estado estão ocorrendo eventos preparatórios e pré-congressos, os quais preparam e aprovam teses relativas a diretrizes de ação para os Conselhos nos próximos três anos. São inúmeros temas, questões, áreas e aspectos do exercício profissional que estão em debate. Ainda é tempo de participar. Você, psicólogo, que enfrenta, no cotidiano da atuação profissional, demandas diversas e que sabe da necessidade de fazer a Psicologia avançar, deve trazer sua contribuição ao debate. O convite do tema do VI CNP é para que, coletivamente, passemos do discurso do compromisso social da profissão para o estabelecimento, cada vez mais claro, de referências para a atuação profissional. Referências coletivas são produzidas a partir da prática e da pesquisa realizadas pelos psicólogos e debatidas com o objetivo de estabelecer os parâmetros mais qualificados que a Psicologia pode oferecer. E, em nosso projeto coletivo, o norte está estabelecido: o compromisso com a transformação social, em direção a uma sociedade justa e igualitária, que respeite os direitos humanos, que atenda os direitos sociais, que possibilite a cada indivíduo e sua comunidade alcançar a realização e a felicidade.

Mobilização II

E, sabemos, esse norte não será fácil de alcançar. Por isso qualquer mobilização é necessária e bem-vinda. A mobilização de uma categoria como a nossa expressa seu compromisso perante a sociedade. Compromisso como profissionais. Mas, inevitavelmente, compromisso também como cidadãos e como atores políticos. Muitas são as questões sociais que nos mobilizam de diversas maneiras. Há a mobilização provocada pela indignação diante da violência, das injustiças, da desigualdade. Há a mobilização da tristeza, diante das dificuldades em mudar. Há a mobilização produzida por pessoas ou situações que nos desrespeitam, como profissionais ou indivíduos. Há a mobilização que nos impele a dizer e fazer aquilo que acreditamos ser o melhor. Há mobilizações de indivíduos e de grupos. Há a mobilização da consciência que não pode se omitir depois que sabe.

Mobilização III

É preciso juntar tudo isso e cumprir responsabilmente nosso papel social como categoria profissional. Nossa mobilização em torno dos Conselhos de Psicologia deve ser

como psicólogos que têm o que dizer e o que fazer. Nosso saber deve alimentar uma fala importante, que ajude a construir parâmetros para a sociedade. Assim, estaremos debatendo a profissão nos eventos do VI CNP. Mas, estaremos ao mesmo tempo atentos para dizer que continuamos contra a redução da maioridade penal, contra as formas cruéis de encarceramento, a favor de medidas promovidas a partir de políticas sociais que garantam a inclusão, o respeito à diversidade, o cuidado em situações de vulnerabilidade, o atendimento dos direitos fundamentais. Você psicólogo tem um encontro com seus companheiros da categoria para produzir essas referências, para a profissão e a sociedade, no VI CNP colocadas para nós mesmos, em nossa organização. A partir dele e frente ao que tiver produzido, como contribuição da Psicologia para o enfrentamento das questões da nossa sociedade. ●

Cartas

Homossexualidade

Excelente o artigo no ultimo jornal. Infelizmente, muitos psicólogos continuarão a tratar a homossexualidade como perversão enquanto as faculdades continuarem a ensinar que é assim; faculdades que ensinam a Psicanálise clássica sem levar em consideração as revisões contemporâneas.

Vicente Galvão Parizi – CRP 56.298

Psicologia de Emergência

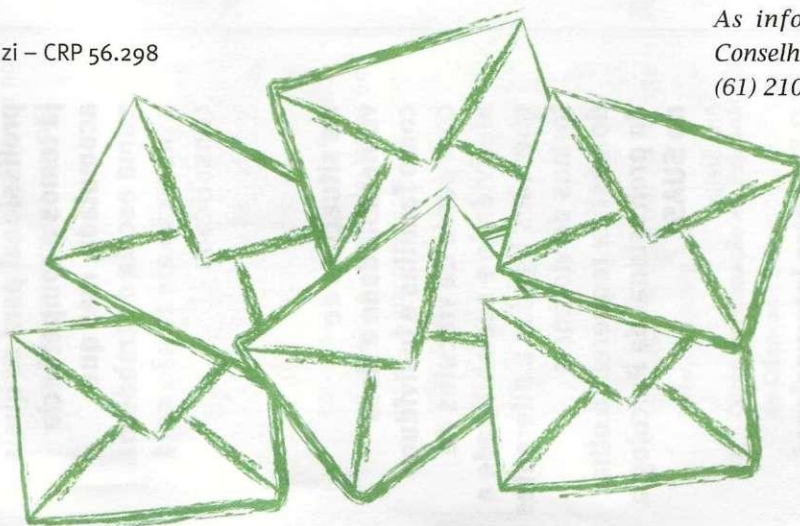
Gostei muito da matéria do jornal nº 150 do mês de janeiro/março de 2007, sobre “Atendimento em situação de desastre, como a dos refugiados do Líbano, ainda carece de psicólogos treinados.

Fernanda Marques de Barros – CRP 62.485

Gostaria de obter maiores informações a respeito da matéria “Atendimento em situação de desastre, como a dos refugiados do Líbano...” jornal PSI nº 150. Consta na matéria que haverá um curso na UFSC para capacitação de profissionais. Como posso participar desta capacitação?

Maria Lúcia Fernandes – CRP 39.675

As informações podem ser obtidas no Conselho Federal de Psicologia no telefone (61) 2109-0100.



Senado Federal aprova PL do Ato Médico

Psicólogos são contrários à aprovação
e as discussões continuam na Câmara
dos Deputados.



A Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal aprovou, em dezembro de 2006, por unanimidade e em caráter terminativo, o substitutivo ao projeto de lei 268/2002, da senadora Lúcia Vânia, conhecido como Ato Médico e que define o campo de atuação do médico, no país, resguardadas as competências das demais profissões. “A proposta final, em relação às proposições originais, suprime o conceito de ato médico com o objetivo de não interferir nas demais profissões da área da saúde”, garante a relatora. Mas as demais categorias da saúde, incluindo a Psicologia, fazem restrições ao conteúdo da proposta. Agora, o PL seguiu para a Câmara dos Deputados, e será discutido nas Comissões Temáticas. Se não houver modificações, será transformado em lei. No caso de alterações, o texto volta ao Senado para nova votação.

Em 2006, a senadora reuniu representantes do campo favorável ao projeto (entidades médicas) e do campo contrário (Não ao Ato Médico). Apesar de haver acordo entre as partes envolvidas, o Conselho Federal de Psicologia não concordou com o encaminhamento dado pela senadora para a construção do consenso, retirou-se das negociações e manifestou-se contrário à aprovação do PLS 268/02. “A questão não era discutir o que os médicos deveriam ou não fazer em sua profissão, mas assegurar que o projeto não ferisse a autonomia das demais profissões e que não atingisse os princípios da atenção integral à saúde, base do Sistema Único de Saúde (SUS)”, pondera o psicólogo Odair Furtado, representante do CFP no Movimento Nacional Contra o Projeto de Lei do Ato Médico.

Ainda que mantenha reservas ao substitutivo aprovado, a conselheira do CFP, Monalisa Barros, registrou que as negociações foram produtivas. “Já se pode dizer que o substitutivo é menos arrogante que os projetos anteriores, mas ainda contém vícios, como resquícios da hierarquização do setor de saúde pretendida pelos médicos”, destaca. Para ela, melhorias só foram possíveis depois que o Conselho Federal de Medicina notou que o movimento contrário ao PL conseguiu reunir um milhão de assinaturas. “A partir daí, então, o Conselho Federal de Medicina mudou de estratégia e fez concessões”, diz Monalisa.

Odair Furtado afirma, no entanto, que as discussões sobre o tema continuam. Ele defende uma atenção redobrada na tramitação do PL na Câmara dos Deputados, onde o texto está tramitando pelo fato de a bancada médica ser numerosa. “Na atual circunstância, ficou mais difícil derrubar o projeto de lei. É preciso discutir muito bem com o coletivo do ‘Diga não ao Ato Médico’, que permanece mobilizado. Por um lado, corremos o risco de um recrudescimento corporativista e, por outro, é preciso melhorar o texto atual. É possível que haja espaço para essa negociação, mas, sem mobilização, seremos desconsiderados. O clima não é favorável porque houve, de fato, um acordo, com a modificação do PL pelas demais profissões que, neste momento, esperam a aprovação do texto como ele está.”

Para ele, é pouco provável que a Psicologia seja afetada diretamente pelo PLS 268/02. O maior temor, para Odair Furtado, é que haja uma caça às bruxas nas

prefeituras do interior, demitindo profissionais da saúde que estejam em cargos de chefia em benefício da categoria médica. “Um secretário municipal de Saúde, que seja médico, pode favorecer seus pares nomeando-os chefes de postos de saúde, valendo-se de uma interpretação livre dessa lei”, antecipa-se. “A lei pode, além disso, atrasar a implementação do sistema multiprofissional do SUS, como no caso da residência multiprofissional dos profissionais da saúde”, acrescenta.

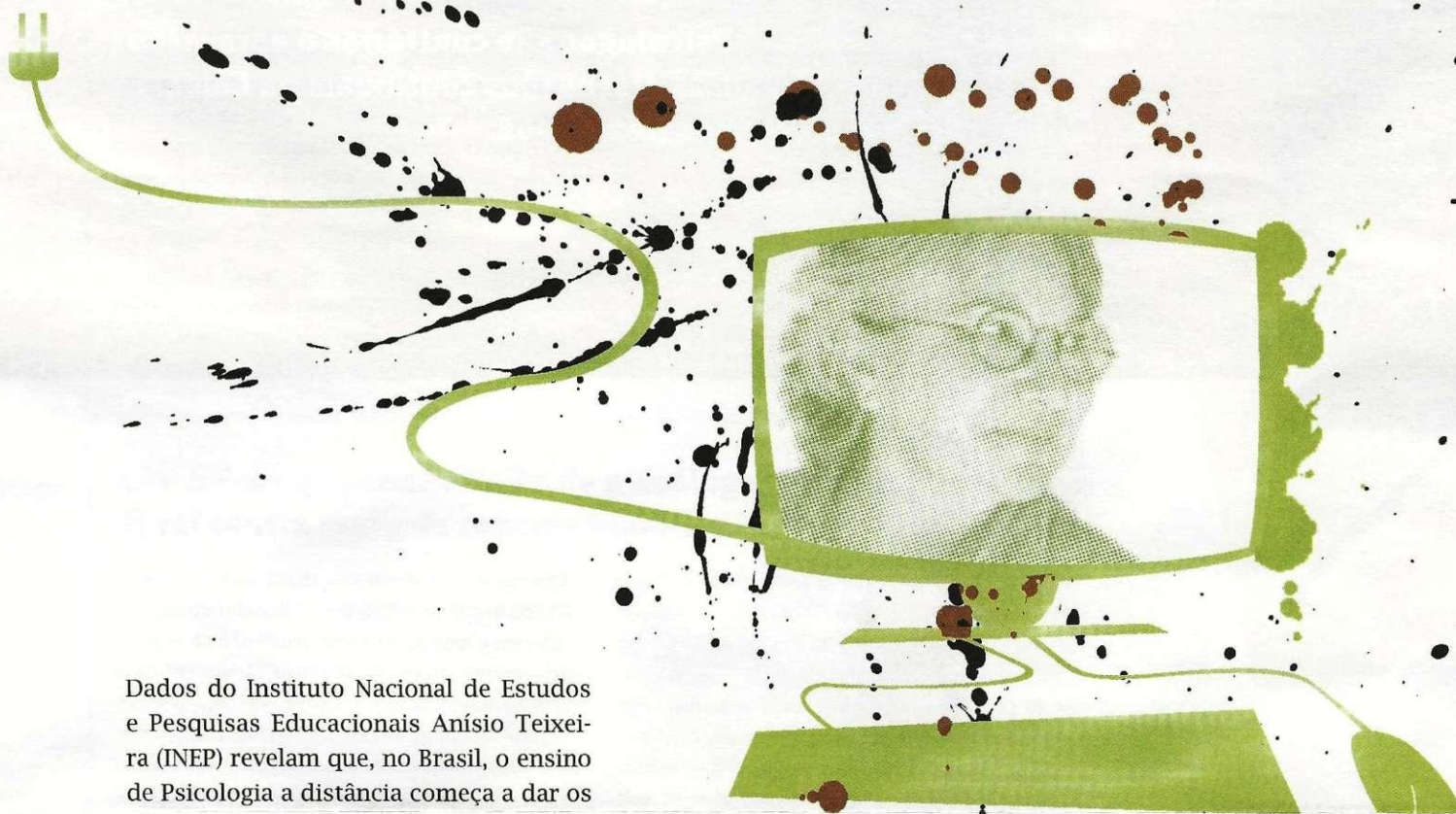
Muito embora continue no movimento “Não ao Ato Médico”, o CFP não ratificou recente acordo firmado pelas demais categorias da saúde com a relatora, a senadora Lúcia Vânia. “O CFP aguarda as considerações dos demais Conselhos Regionais de Psicologia sobre a matéria antes de definir uma linha de ação na Câmara, mas toda a atenção é pouca”, justifica Odair Furtado.●

Categoria deve continuar mobilizada contra o Ato Médico

É preciso que a categoria se mantenha mobilizada, acompanhando o andamento do projeto de lei que institui o Ato Médico através dos informes eletrônicos, do site (www.crp.org.br), do jornal do Conselho ou mesmo ligando para a comissão de Orientação do CRP SP (11-3061-9494 ramal 141). Para a Psicologia, é fundamental provocar a discussão do PL com os usuários do SUS e com a população em geral.

Formação de psicólogos a distância no Brasil: uma realidade?

ABEP entende ser necessário debater com mais profundidade a eficiência da formação em uma modalidade de ensino que ainda provoca dúvidas e desconfianças.



Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) revelam que, no Brasil, o ensino de Psicologia a distância começa a dar os primeiros passos. Ainda não há números precisos de cursos de graduação em Psicologia a distância, mas, há registros da existência de cursos livres e Lato Sensu. De acordo com a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), já estão em atividade cursos livres e de pós-graduação Lato Sensu no Distrito Federal, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No entanto, a qualidade da formação por meio do ensino a distância em Psicologia ainda gera dúvidas e desconfianças a começar pela ABEP (Associação Brasileira de Ensino de Psicologia).

O presidente da ABEP, Marcos Ferreira, é cauteloso sobre a eficácia desse tipo de formação. Ele acredita que, nesse momento, o mais importante é estabelecer um método para a discussão acerca das possibilidades e limitações do ensino mediado por artefatos eletrônicos para a formação de psicólogos. “É preciso trazer para o debate todos que atuam na formação de psicólogos a fim de analisar a eficácia de qualquer processo ou artefato tecnológico ainda pouco conhecido por nós e do qual alguém pretenda lançar mão. Conhecer as experiências das universidades que fazem esse uso, seguramente, é uma etapa a ser cumprida no processo”, disse ele.

“Impressiona a força da penetração dos processos de ensino a distância na formação superior, comparada com a exigüidade de debate sobre esse assunto. Para além dos grupos mais diretamente interessados e favoráveis ao seu uso, esse debate ocorre de forma escassa. Já existem, hoje no Brasil, cursos de Psicologia orientados a oferecer até 30% de seus créditos para alunos considerados presenciais no formato en-

sino a distância”, preocupa-se. Ele lembra que a educação a distância, abordada no III PsicoInfo: Seminário Brasileiro de Psicologia e Informática, realizado no ano passado pelos Conselhos Federal e Regional de Psicologia de São Paulo e pelo Núcleo de Pesquisas da Psicologia em Informática da PUC de São Paulo, foi recebida com certa desconfiança por parcela da Psicologia. “Na ABEP, apenas começamos a discutir esse assunto, que deve ser tratado com cautela e profundidade”, recomenda. “Devemos arregimentar a Psicologia para enfrentar esse tema de modo unificado, sem parcialidade”, acautela-se.

Marcos Ferreira propõe a constituição de um grupo de trabalho que, num primeiro momento, examine as experiências de outros países, as definições legais brasileiras e, experiências de outras profissões no Brasil. Países da Europa, como Espanha e Reino Unido, já oferecem certificados a distância na área de Psicologia. Esse exame focaria a formação de psicólogos, o ensino de Psicologia para outras profissões, a oferta de Psicologia no ensino médio e todo uso de aparatos tecnológicos para acesso à informação em Psicologia (como a Biblioteca Virtual de Psicologia).

Ainda conforme o presidente da associação, todas essas informações devem ser repassadas para os cursos de Psicologia a fim de promover encontros em cada núcleo da ABEP, de debater o tema na busca de respostas para questões como: em que atividades pode ser utilizada educação a

distância no ensino de Psicologia, tanto para formar psicólogos quanto para outras modalidades de ensino? Que cuidados devem ser tomados para que esse ensino qualifique novos profissionais? “Desse processo, resultariam recomendações para a ABEP, para os Conselhos de Psicologia (que teriam ferramenta para definir exigências do registro de psicólogos), para organismos governamentais e para os próprios cursos que poderão se apropriar ou não desse tipo de procedimento de forma esclarecida”, afirma Marcos Ferreira.

O psicólogo Marcos Benassi, que também participou do III PsicoInfo, reconhece que o ensino a distância é uma tarefa complexa por exigir uma adequação à ausência do contato face a face de uma formação que demanda, por exemplo, dinâmicas de grupo, observação de comportamentos, atendimentos, supervisões e discussões de caso, entre outros. “A perspectiva mais realista é trabalhar com um currículo mesclado, parte a distância, parte presencial”, analisa Marcos Benassi que é mestre em Psicologia Escolar e consultor em Educação a Distância. “Um curso de Psicologia exclusivamente a distância teria algumas peculiaridades que influiriam nas práticas profissionais. Por exemplo, o título de psicólogo dá a ele a prerrogativa do



atendimento clínico face a face? Caso toda sua formação se dê a distância – incluindo seus atendimentos supervisionados –, esse psicólogo terá construído o conjunto de competências necessário para esse atendimento convencional ou ele estará capacitado apenas para um outro tipo de atendimento, para o qual, inclusive, seu colega presencial não foi treinado?”, questiona. “É necessário que essas questões sejam incluídas na consideração sobre qual curso a distância de Psicologia é desejado. Diferentes tipos de cursos a distância são possíveis, com impactos distintos”, complementa Benassi.

Régis Tractenberg conta que na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde é professor substituto do departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia e diretor da Livre Docência em Tecnologia Educacional, existe outro projeto chamado Portal IP, que pode ser visto como um processo híbrido ou de transição em relação ao ensino a distância. “Oferecemos apoio às disciplinas presenciais através de um portal com salas online. Nelas, os professores disponibilizam textos e se comunicam com os alunos mesmo fora do período em sala de aula. O Portal IP permite, ainda, que toda a comunidade acadêmica, cujo número está em torno de 1.145 pes-

soas, entre alunos professores e funcionários, discutam em um fórum virtual uma série de assuntos de seu interesse, como melhorias na universidade, divulgação de vagas de estágios, eventos acadêmicos, etc. Trata-se de um poderoso meio de comunicação que promove transformações reais”, comenta.

Tractenberg acredita que o ensino a distância ou semi-presencial pode levar a bons resultados. “Não conheço ainda um curso de graduação em Psicologia no Brasil oferecido a distância. Contudo, considero plenamente possível que a maior parte das disciplinas, as de caráter conceitual, seja realizada a distância. Para as disciplinas que exigem contato presencial, como por exemplo dinâmica de grupo, será preciso realizar encontros periódicos em locais centrais, ou atender os alunos através de pólos regionais onde possam interagir diretamente com seus professores e colegas”, sugere. “A qualidade do ensino, qualquer que seja o curso, depende de um bom planejamento pedagógico, um currículo integrado, professores capacitados, e processos sistematizados de avaliação dos resultados”, acrescenta.

Entre os profissionais da categoria, as opiniões elencam pontos prós e contras a essa modalidade de ensino da Psicologia. Dentre as vantagens, estaria a possibilidade de facilitar o acesso a estudantes que vivem em regiões onde não há cursos de Psicologia. “No Brasil, os grandes centros urbanos têm excesso de pro-

fissionais, que se formaram e se estabeleceram ali, enquanto o interior carece de gente qualificada que ajude a distribuir melhor o desenvolvimento no país”, explica Régis Tractenberg. Ele chama a atenção para a questão dos estágios. “Precisam contar com locais onde os alunos possam estar presentes e em contato com pacientes ou trabalhando dentro de organizações, como no caso da área de Recursos Humanos. Teríamos aí um modelo semi-presencial, com os estudos possíveis realizados a distância e aqueles que dependem da presença física do aluno em locais apropriados”, afirma.

Para Marcos Benassi, o ponto mais favorável é oferecer ao aluno maior liberdade em relação ao tempo por demandar menor deslocamento físico e por ter um custo financeiro menor no longo prazo. Já as limitações, segundo ele, giram na esfera do contato interpessoal, vivencial, que é parte integrante da formação da Psicologia. “Novas experiências teriam que ser repensadas muito cuidadosamente para dar conta desse aspecto”, adverte.

Ele acredita, no entanto, que o ganho é geral com os cursos a distância, apesar dessas limitações. “Ganha o aluno por ter mais escolhas ou por ter acesso a uma formação que de outra maneira seria inviável. A sociedade também ganha, porque a formação (ou educação continuada, também relevante) em regiões carentes desses cursos beneficia o entorno. As instituições de ensino, por sua vez, poderão atingir um maior número de pessoas, organizar equipes remotas, com mais liberdade para escolher bons profissionais”. Alerta, entretanto, para o risco de esse sistema favorecer cursos sem qualidade. “É necessário discutir bons critérios para autorização e avaliação”, reforça. ●

Avaliação psicológica é obrigatória para o registro e porte de arma

Psicólogos assumem importante papel no combate à violência.



Seleção de pessoal, concursos públicos e privados e Carteira Nacional de Habilitação. Nesses e em diversos outros casos, a avaliação psicológica está presente e assume cada vez mais importância na sociedade. “Essa prática voltou a ter destaque na atuação profissional, não se questionando mais sua utilidade como privativa do psicólogo. A emergência hoje está centrada na discussão da elaboração de indicadores, critérios e instrumentais específicos e dirigidos às necessidades cada vez mais distintas”, destaca a psicóloga Maria Cristina Pellini, do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. A área mais recente diz respeito ao uso da avaliação psicológica para obtenção do registro e do porte de arma.

Avaliar quem pode ou não ter uma arma é de importância central para evitar o recrudescimento da violência – um dos fenômenos mais importantes em todas as sociedades, com destaque àquelas marcadas pela desigualdade social. O tema ocupa espaço crescente na mídia e na sociedade. O controle de armas de fogo entre civis, com o intuito de torná-las menos acessíveis, tornou-se essencial para não armar ainda mais a sociedade, principalmente depois que, em referendo, decidiu-se por ser contra a proibição da venda de armas.

Recente pesquisa da UNESCO, que mapeia os indicadores de violência no Brasil entre 1979 e 2003, constatou que as estatísticas de armas de fogo, no país são im-

precisas. Estima-se, no entanto, um número entre 10 e 20 milhões de armas de fogo, responsáveis por mais de 39 mil mortes ao ano, mais de 107 por dia.

Um dos instrumentos para frear essa parábola gráfica foi a edição da Lei 9.437, de 1997, que veio padronizar o processo de concessão de registro e porte para civis por meio da imposição de requisitos mínimos que valeriam para todos os cidadãos brasileiros. O Decreto 2.222, do mesmo ano, regulamentou a lei e passou a exigir, dentre outros requisitos, a avaliação psicológica para obtenção do porte de armas, como forma de restringir o acesso a elas.

Diante da elevação crescente dos índices de mortalidade por arma de fogo no Brasil, o Congresso Nacional propôs modificações na Lei 9.437 e, em dezembro de 2003, foi sancionado o Estatuto do Desarmamento, que trouxe modificações importantes, como alterar a idade mínima de 21 para 25 anos de idade e ser privativo da Polícia Federal a concessão do registro e do porte de arma, e não mais da Polícia Civil. O porte ilegal passou a ser considerado crime inafiançável. O Decreto 5.123, de 2004, regulamentou a Lei 10.826 e definiu como necessário para obtenção do por-

te de arma de fogo: “comprovar aptidão para o manuseio de arma de fogo, atestada em laudo conclusivo fornecido por psicólogo dos quadros da Polícia Federal ou por esta credenciada”. Essas alterações fizeram com que o Brasil tivesse a legislação mais avançada de controle de armas de fogo e munição em todo o mundo.

Para Maria Cristina Pellini, “a avaliação psicológica para a posse e o porte de armas de fogo apenas para pessoas com condições psicológicas, por exemplo, ganhou mais destaque, assim como o papel do psicólogo”. Atualmente, apenas em São Paulo, o número de psicólogos credenciados na Polícia Federal para a realização desse tipo de avaliação psicológica passa de cem. “São emitidos aproximadamente 600 laudos por mês, dos quais, em média, 10% deles são avaliados como inaptos ao porte de arma”, conta a psicóloga Denise Ehlers, que atua na Superintendência da

Um pouco de história

Encontram-se referências precisas de que desde o século XIX já se realizava avaliação psicológica em vários países e no Brasil, onde a avaliação psicológica começou a ser praticada mais sistematicamente nas décadas de 50 e 60. Porém, já na década

de 20, foram realizados trabalhos acadêmicos e criados institutos para a realização de processos de seleção de pessoal nos setores públicos e privados, destacando-se as empresas do segmento de transporte coletivo.

Com a regulamentação da Psicologia na dé-

cada de 60, houve um aumento significativo de profissionais e de empresas interessadas em investir na área de recrutamento e seleção, passando a compor setores e a contratar psicólogos que realizassem avaliação psicológica.

Polícia Federal em São Paulo. “Os psicólogos que atuam nesse campo têm o importante papel de desarmar a população e filtrar quem pode, do ponto de vista da Psicologia, adquirir e portar uma arma. É um trabalho sério e responsável”, define Ehlers. “Acompanho, constantemente, as atividades dos psicólogos credenciados na PF em São Paulo. É um grupo preocupado em desenvolver um trabalho de qualidade”, ressalta.

Segundo Maria Cristina Pellini, a avaliação psicológica é um tema recorrente. “Tanto no plano acadêmico, em que se desenvolvem estudos e pesquisas, como no plano sócio-político, em que é requisitada como instrumento para subsidiar decisões ou diminuir dúvidas acerca das habilidades, comportamentos, potencialidades, traços de personalidade, de indivíduos ou grupos”, analisa ela. “Quando se busca, a partir da avaliação psicológica, definir se uma pessoa está apta ou não para portar uma arma de fogo, está sendo criado um novo campo de estudos”, destaca.

EVENTO

Avaliação psicológica para o registro e o porte de arma: questões legais e éticas

No dia 2 de junho, acontecerá, no auditório do CRP SP, o evento “Avaliação psicológica para o registro e o porte de arma: questões legais e éticas”. As inscrições são gratuitas e já estão abertas.

Informações: (11) 3061-9494, ramais 317 e 129.

Vagas limitadas: 120 participantes.
Horário das 9h às 13h.

Denise Ehlers conta que, no segundo semestre de 2006, uma nova portaria estendeu a avaliação psicológica para o segmento de segurança privada. “Com isso, esperamos que a demanda cresça, ampliando, consideravelmente, o número de laudos por mês, somente no que se refere ao Estado de São Paulo. E, para executar toda essa demanda de avaliações, será necessário ampliar também o número de psicólogos credenciados na Polícia Federal, até o mês de julho”, estima.

De acordo com Ordem de Serviço nº 001 de agosto de 2004, que estabelece normas para o cumprimento da Lei nº 10.826 em vigor, “para a aquisição ou porte de arma para o Sistema Nacional de Armas, o candidato será submetido à bateria de instrumentos de avaliação psicológica composta de inventário de personalidade, questionário, teste projetivo, expressivo, módulo de informações complementares e dinâmica de grupo, visando aferir a estrutura da personalidade”. O candidato considerado inapto poderá ser submetido à nova bateria de testes, desde que respeitado o período de interstício de 90 dias após a realização da primeira avaliação.

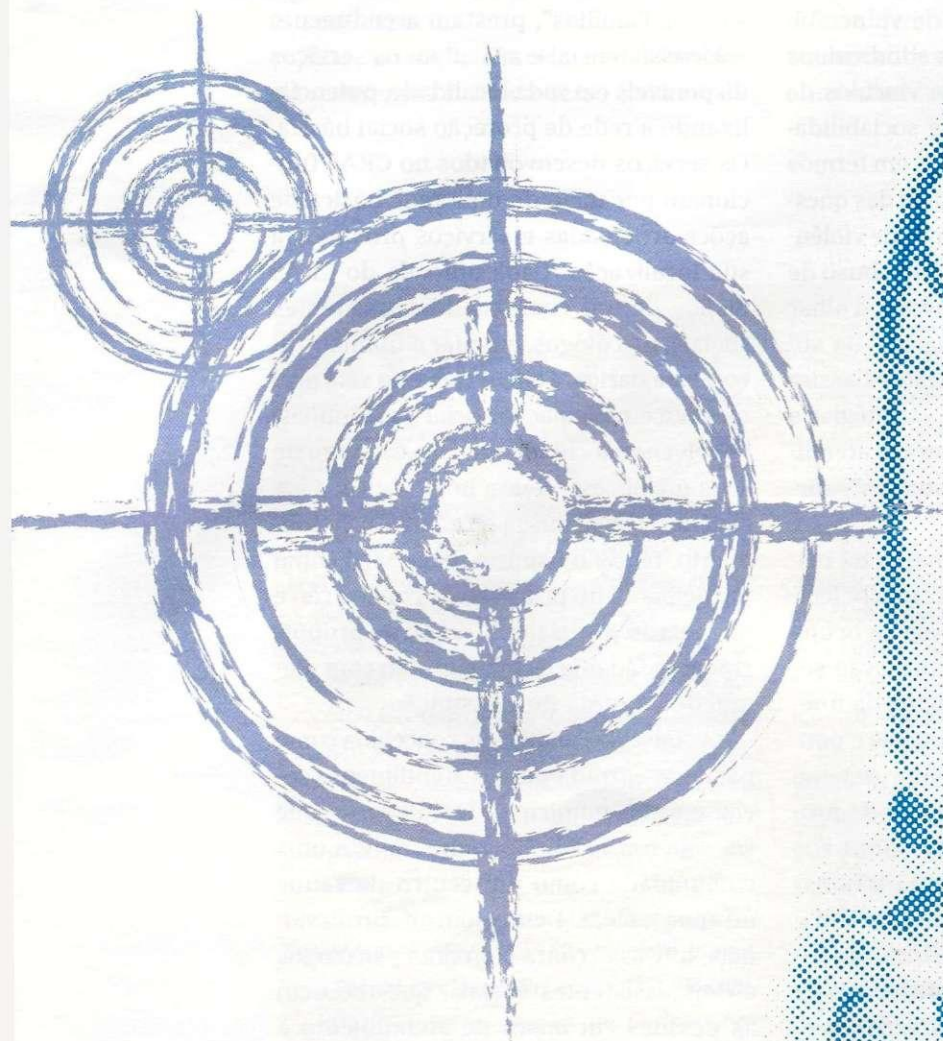
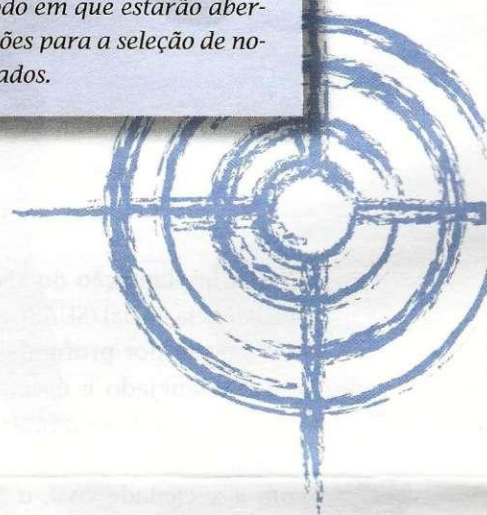
Essa Ordem de Serviço revela, ainda, que o psicólogo poderá aplicar, no máximo, dez baterias por dia. O psicólogo responsável deverá encaminhar cópia do laudo à superintendência ou delegacia regional, em envelope lacrado, mediante recibo, até 15 dias, a contar da data de aplicação do exame. O laudo psicológico terá validade de até três anos para o cidadão que justifique sua necessidade do uso da arma, dois anos para as Guardas Municipais ou Metropolitanas e um ano para a Segurança Privada e servirá tanto para o registro como para o porte de arma, junto ao Sistema Nacional de Armas. ●

Como se credenciar

Para o profissional se credenciar como perito na avaliação psicológica para porte de arma, ele precisa possuir título de psicólogo; estar em dia com a anuidade do Conselho de Psicologia de sua região; possuir três anos de efetivo exercício da profissão e prática comprovada com os instrumentos a serem utilizados ou possuir certificado de curso dos testes exigidos com carga horária mínima de 80 horas-aula.

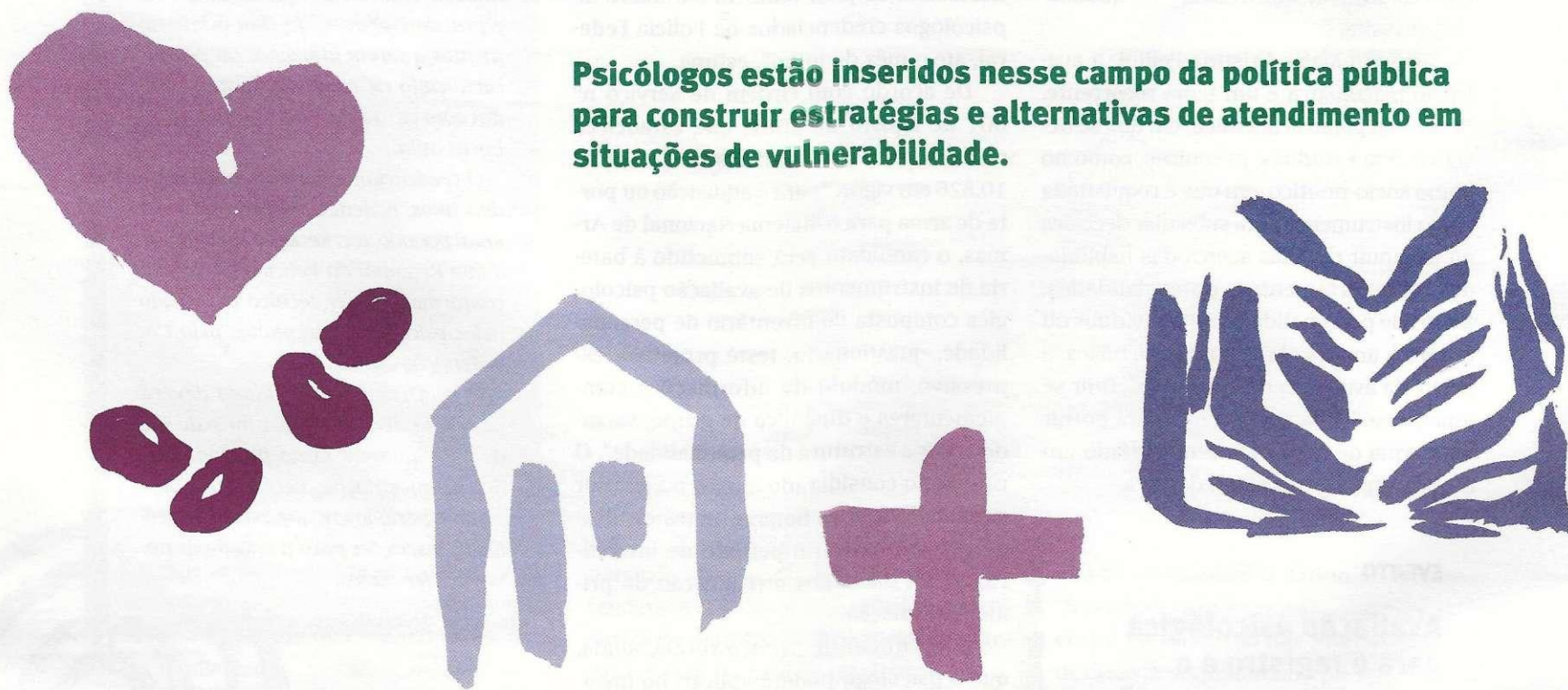
O credenciamento tem validade de dois anos, podendo ser renovado por igual período, a critério do Superintendente Regional da Polícia Federal, ou conforme parecer técnico elaborado pelos psicólogos designados pela Coordenação em Brasília.

O profissional interessado deverá aguardar divulgação por meio do site do CRP, quando serão prestadas todas as informações necessárias, bem como o período em que estarão abertas as inscrições para a seleção de novos credenciados.



Brasil promove revolução na assistência social

Psicólogos estão inseridos nesse campo da política pública para construir estratégias e alternativas de atendimento em situações de vulnerabilidade.



Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a assistência social passou por profundas mudanças no Brasil. Planejado e executado pelos governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal, em estreita parceria com a sociedade civil, o SUAS organiza, pela primeira vez na história do país, serviços, programas e benefícios destinados a cerca de 50 milhões de brasileiros que têm em comum a desassistência do Estado. E o saber da Psicologia tem papel estratégico para o sucesso dessa nova concepção de atendimento às populações em situação de risco social.

O sistema, resultado de quase duas décadas de debates, põe em prática os preceitos da Constituição de 1988, que integra a assistência à seguridade social, juntamente com a saúde e a previdência, configurando novo formato de ação e iniciativa de atendimento à população de risco social. O assistencialismo deixa a cena e as intervenções passam a operar sob a estrutura de uma política pública de Estado. O SUAS é considerado a principal deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, que aconteceu em Brasília (2003).

Ana Stella Álvares Cruz, psicóloga social da Secretaria Municipal das Subprefeituras de São Paulo, que já desenvolveu trabalhos na Coordenadoria de Assistência Social e Desenvolvimento do governo do Estado, comenta que a política pública de assistência social foi concebida de forma a realizar de maneira integrada as políticas setoriais, considerando as desigualdades sócio-territoriais, visando tanto seu enfrentamento quanto a universalização dos direitos sociais. “A inserção na seguridade social aponta para a articulação da proteção social com políticas públicas sociais voltadas às garantias dos direitos e de condições dignas de vida. É uma proteção social que procura garantir a todos uma renda para se manterem, indepen-

dentemente das questões que os limitam para o trabalho, como é o caso de pessoas com deficiência, de idosos, desempregados e famílias desprovidas de condições básicas”, exemplifica ela.

O SUAS tem também em sua espinha dorsal, segundo Ana Stella, propósitos de garantir proteção nos momentos de perda ou fragilidade dos vínculos familiares, em particular, a segurança primordial que opera a provisão das necessidades humanas: abrigo, alimentação e vestuário. “Todas estas questões envolvem o trabalho do psicólogo. As situações de vulnerabilidade e risco como famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas em termos étnicos, culturais e sexuais; além das questões ligadas a diferentes formas de violência doméstica ou mesmo o uso e abuso de substâncias psicoativas requerem o olhar do profissional da Psicologia que dá suporte necessário a essas questões assim como o encaminhamento de estratégias e alternativas diferenciadas para o atendimento das necessidades existentes”, afirma Ana Stella.

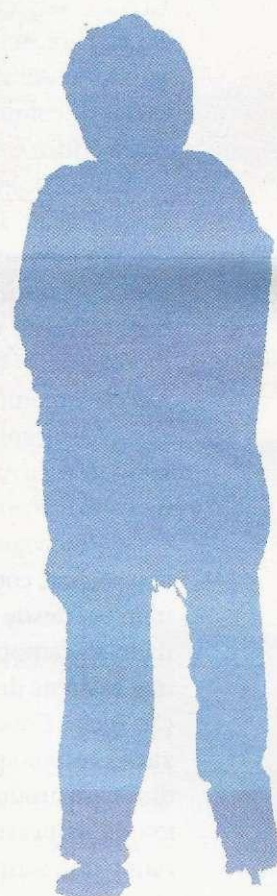
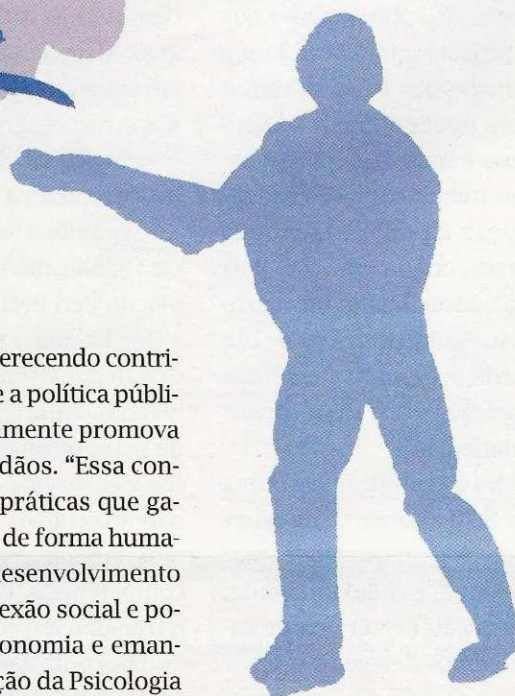
“Estamos diante de um marco na história da Assistência Social. Estabelecida enquanto política social, ela se ocupa do campo dos direitos e da proteção social, rompendo com o paradigma da tutela, da benesse, das ações dispersas e pontuais. Trata-se, portanto, de um sistema que vem articular e prover ações de proteção social básica e especial junto aos municípios e Estados”, comenta Rita Assunção, psicóloga da Secretaria de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social de Campinas. “Para os profissionais da área social também se trata de um marco, uma vez que a política pública estabelece um quadro de recursos humanos. Nessa equipe de trabalho, está o profissional da Psicologia, garantindo seu lugar, seu pa-

pel e importância na construção do sistema”, acrescenta ela.

O SUAS organiza seus serviços, programas e projetos de atendimento afiançadas em proteção social básica e proteção social especial, sendo esta última de média ou alta complexidade. Dentro da estrutura de gestão do sistema de proteção social básica, estão os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), espaços físicos localizados estrategicamente em áreas de risco social.

Os CRAS, também chamados de “Casas das Famílias”, prestam atendimento socioassistencial e articulam os serviços disponíveis em cada localidade, potencializando a rede de proteção social básica. Os serviços desenvolvidos no CRAS funcionam por meio de uma rede básica de ações articuladas e serviços próximos à sua localização. Cada unidade do CRAS dispõe de um coordenador, assistentes sociais, psicólogos, auxiliar administrativo e estagiários. Todo o trabalho visa promover a emancipação social das famílias, devolvendo a cidadania para cada um de seus membros. “Nessa nova lógica, a assistência social busca reordenar o atendimento, tendo o usuário do serviço como participante do processo de construção e na atuação profissional, a fim de proporcionar cidadania e emancipação com dignidade”, aponta Rita Assunção.

A “Casa da Família” foi concebida como porta de entrada para o atendimento social em um município. O objetivo é que ela seja um local tão conhecido em uma comunidade como um centro de saúde ou uma escola. Dentre outros profissionais, a “Casa” conta com dois psicólogos e dois assistentes sociais, que recebem as pessoas em busca de atendimento e as encaminham para a rede local de proteção social, de acordo com sua necessidade. A rede é articulada pelo Centro de Referência, compreendendo todos os ser-



viços sociais de uma comunidade ou território, governamentais ou não. Hoje, quase 700 cidades já têm “Casas das Famílias” operando.

A equipe do CRAS se articula com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, fazendo o mapeamento e organização socioassistencial e promovendo a inserção dos indivíduos e famílias nos projetos locais. Para tanto, deve ser uma equipe multiprofissional com atenções complementares que envolvam os indivíduos em todos os seus aspectos.

Rita Assunção destaca que a Psicologia se encontra inserida nesse contexto de

construção e conquistas, oferecendo contribuições relevantes para que a política pública de assistência social realmente promova qualidade de vida aos cidadãos. “Essa contribuição se dá através de práticas que garantam acesso aos direitos de forma humana e ética, favorecendo o desenvolvimento de sujeitos capazes de reflexão social e política, com atitudes de autonomia e emancipação”, diz. “A contribuição da Psicologia na implantação e implementação das ações voltadas ao atendimento com enfoque prioritário no grupo familiar inserida na comunidade efetiva a ação interdisciplinar, promovendo, desta forma, maior alcance com o trabalho da equipe”, reforça.●

O que é o SUAS

A Constituição Federal de 1988 definiu uma nova concepção para assistência social quando passou a incluí-la no âmbito da seguridade social. Este princípio foi regulamentado em dezembro de 1993 através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Essa nova condição apontou para um novo desafio: transformar a assistência social em política pública. Esta perspectiva não é simples, pois exige um conjunto de ações, coerências, princípios e diretrizes.

Neste contexto, o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) vem definir e organizar os elementos essenciais, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços e os eixos estruturantes do sistema, entre eles:

- Descentralização político-administrativa e territorialização;
- Financiamento;
- Controle social;
- Política de recursos humanos;
- Informação, monitoramento e avaliação do sistema.

Já o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) foi pensado como articulador do sistema no que diz respeito à proteção básica:

- Programa de atenção integral às famílias (PAIF);
- Programa de inclusão, e de enfrentamento de situações de risco;
- Centros de convivência para idosos;
- Ações de socialização e sensibilização

para convivência familiar e social para crianças de 0 a 6 anos de idade;

- Ações de defesa dos direitos dos idosos e das crianças;
- Projetos socioeducativos para crianças e adolescentes;
- Centro de informação e de educação para o trabalho, voltados a jovens e adultos.

Ao psicólogo que atua no SUAS ou em Centros de Referência do Sistema e quiser contribuir com o debate, basta entrar em contato com o CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas pelo email crepop@pol.org.br. Informações adicionais sobre o SUAS podem ser encontradas no seguinte endereço: www.mds.gov.br.

Cala-boca já morreu, porque a sociedade também tem o que dizer

Projeto que realiza oficinas de rádio, televisão e jornal aposta na produção cultural para formar cidadão sem medo de expressar suas opiniões.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu, um dos principais críticos dos meios de comunicação no século XX, já dizia que o uso da mídia é o meio mais eficiente para aqueles que desejam agir sobre as massas. Um dos destaques do seu livro “Sobre a televisão” (1997) trata da reflexão sobre o poder que é concedido às pessoas que controlam a produção e a difusão dos bens culturais. A influência desse poder sobre a subjetividade das pessoas é motivo de preocupação. Mas há quem trabalhe uma contraposição à massificação da mídia. O projeto Cala-boca já morreu, criado em 1995 pela GENS – Serviços Educacionais, no bairro do Jaguaré, em São Paulo, utiliza-se de um antídoto retirado do próprio “veneno” dos meios de comunicação para formar consciência crítica e cidadania.

Em 2004, a GENS transformou-se numa Organização Não Governamental de intercâmbio científico sobre educação, comunicação, cultura, saúde e meio ambiente, bem como de execução de serviço de radiodifusão. O Cala-boca desenvolve oficinas de comunicação e educação com crianças, adolescentes e adultos, além de documentação e registro audiovisual e cursos de formação em educomunicação.

A educocomunicação, segundo Grácia Lopes Lima, coordenadora do Cala-boca já morreu, desde a sua fundação, é o nome dado ao campo de reflexão e da ação que une as áreas de Educação e da Comunicação Social. Consiste, basicamente, em utilizar as tecnologias e as linguagens das mídias para produzir comunicação, uma forma de as pessoas e os grupos expressarem o que sentem e pensam e, assim, decidirem o que querem para si mesmas e para o mundo em que vivem.

Para a entidade, o que torna peculiar a educomunicação é a sua capacidade de permitir aos participantes outra forma de convivência social, fundamentada na valorização do indivíduo como sujeito, no respeito ao outro e na tomada conjunta de decisões. “A educomunicação seria, antes de tudo, uma forma de intervenção social por permitir a aproximação entre a produção da comunicação e a comunidade”, explica Grácia Lopes Lima. Como cada veículo (rádio, jornal e vídeo) possui especificidades e características próprias de linguagem e de suporte, o Cala-boca considera importante compreender e se apropriar de cada instrumento para utilizá-los nas práticas sociais, assim como da metodologia que garanta a expressão de cada um e do grupo. “Queremos que eles entendam, acima de tudo, que possuem o direito de veicular suas opiniões.

A capacitação técnica e a consciência crítica em relação à mídia são conseqüências”, diz. “O que seria, nas palavras de Bourdieu, ensinar as maneiras de divulgar suas verdades”, lembra Grácia.

Ela observa que os objetivos se estendem para o campo terapêutico e psicológico. Além de oferecer cursos de formação em educomunicação, a Ong promove oficinas semanais gratuitas de rádio, vídeo e até mesmo jornal, de forma que os participantes aprendam a produzir conhecimento.

Segundo a terapeuta ocupacional Patrícia Moldan, do Ambulatório de Especialidades do Peri-Peri, que envia pacientes para a Ong há quase três anos, o efeito terapêutico dessa vivência é positivo. “Tratamos, no ambulatório, de crianças com distúrbio de comportamento e dificuldades escolares, e casos mais graves, de autistas. Nessa parceria com o Cala-boca já morreu, buscamos ampliar a rede social e aprimorar suas competências, como a responsabilidade e o trabalho em equipe”, diz.

Ela conta que a biblioteca que existia ali foi parte dessa inserção social. “Uma criança psicótica sentia necessidade de se apropriar, sem critérios, de objetos que via pela frente, muitos dos quais não podiam ser levados da Ong para casa. Logo percebemos que emprestar livro seria algo possível e que faria com que ela se apropriasse do projeto. A solução acabou ajudando no tratamento não só dessa criança, mas de muitas outras, inclusive pelo estímulo à leitura”, revela.

Hoje, a ONG oferece espaço também para adultos, idosos, portadores de deficiência e transtornos mentais, com qualquer formação, por motivações diversas. “A heterogeneidade do grupo é um fator importante”, afirma um dos educadores, Sérgio Urquiza, psiquiatra do Centro de Convivência e Cooperativa Parque Previdência e parceiro do Cala-boca já morreu há cerca de quatro anos. “Em razão da diversidade, o projeto trabalha a inclusão social, em especial daqueles que sofrem algum tipo de discriminação”, diz. Responsável pelas oficinas de vídeo, Urquiza explica que no Parque Previdência, uma unidade de saúde não-assistencial mantida pela Prefeitura de São Paulo, são promovidas ações que visam reinserir socialmente pessoas portadoras de transtornos mentais e em situação de risco social. A parceria com o Cala-boca já morreu complementa esse trabalho. “As oficinas mexem com questões existenciais, pois permitem que o participante, independentemente do seu diagnóstico, se reconheça na coletividade”, afirma o psiquiatra.

Ressalva-se: o projeto não se limita a ser um espaço de tratamento da saúde. Mais que isso, é um centro de criação de cultura com propósito de ter uma função social na formação de cidadãos. Nem todos os participantes possuem distúrbio ou transtorno mental. As oficinas fornecem elementos para que todos aprendam a enxergar o mundo sob uma ótica diferenciada, ativa em relação à produção de informação.

Para todos os participantes, estejam em tratamento ou não, o processo é o mesmo: tudo começa com a discussão para escolher o tema que será reportado e depois, conforme o meio de comunicação, vêm as etapas de produção, quando vão a campo capturar imagens e gravar entrevistas, culminando na finalização do trabalho, seja escrevendo e editando uma matéria de jornal, operando uma ilha de edição de TV ou narrando notícias em um estúdio de rádio. “Entre o fim e o início do processo, sempre acompanhado de um mediador, a frequência às oficinas oscila muito. Partindo do princípio da autoconvocação, quer dizer, participa quem quiser, as oficinas não mantêm um número regular de pessoas, mas todos podem participar de todas as etapas”, explica Grácia.

O psicólogo Edson Fragoaz, que coordenou dois outros projetos similares ao lado de Grácia (o Porrada no Ar, destinado a adolescentes entre 12 e 17 anos de idade, e o Ondas Paranóicas, dirigido basicamente a adultos do Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva), explica que, como a elaboração de um programa de rádio requer um grande número de atividades, entre elas a elaboração de pautas, entrevistas, escolha de trilha sonora e manipulação de equipamentos, é possível que cada participante possa encontrar espaço para se envolver com as atividades.

“Os ganhos pessoais nesse tipo de projeto podem ser vistos na melhora das relações interpessoais, que são constantemente trabalhadas internamente nas reuniões e nos contatos externos com funcionários das rádios, entrevistados e ouvintes dos programas. Em alguns casos, há ganhos em termos vocacionais, quando alguns participantes encontram na área de comunicação uma alternativa de trabalho”, atesta ele. A relevância dessa experiência estaria também no resgate da auto-estima. “O desenvolvimento de um produto que tenha um valor social reconhecido, como um programa de rádio, devolve a cada participante a certeza de que ele pode encontrar um lugar de inserção, de expressão e, portanto, de cidadania”, afirma Fragoaz.●

Refazendo laços rompidos pela violência doméstica e sexual



Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte mantém parceria com programa que trabalha na prevenção desse fenômeno social.

Com o propósito de contribuir com a política de prevenção e articulação da rede de atenção integral às crianças, adolescentes e famílias em situação de violência doméstica e sexual, a subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte do CRP SP decidiu firmar uma parceria institucional com o programa que tem se mostrado compromissado em formar agentes multiplicadores na intervenção desse fenômeno: o Refazendo Laços, de São José dos Campos. Segundo Lilihan Martins da Silva, membro da Comissão de Gestora da Subsede do Vale do Paraíba, essa parceria, “construída passo a passo”, permite capacitar psicólogos sobre o tema. O programa, que existe desde 2005, mantém parceria com o Instituto WCF Brasil, braço brasileiro do World Childhood Foundation, e com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São José dos Campos.

“Essa qualificação e estudo são uma constante. A parceria possibilita o envolvimento efetivo da categoria”, diz Lilihan. A participação da subsede nesse programa é também, segundo ela, uma forma de amplificar as ações do Refazendo Laços. “A subsede auxilia na divulgação das iniciativas promovidas pelo programa junto à categoria. Além disso, participamos dos

eventos e organizamos encontros com a presença valiosa dos profissionais do Refazendo Laços”, conta ela.

“Nosso interesse no programa existe, porque o tema se refere à defesa dos direitos de crianças e adolescentes, um assunto em torno do qual o CRP tem participação ativa e até histórica”, explica ela. “E perpassa igualmente pela luta pelos direitos humanos, além do interesse estratégico de estabelecer parcerias para discussão permanente de uma temática capaz de criar referencial aos psicólogos da nossa região. Esses programas que têm embasamento e seriedade em suas atuações atraem um grande número de profissionais, respaldando tecnicamente as discussões e a troca de experiências, favorecendo, com certeza, o fortalecimento do movimento em defesa da criança nos municípios ao redor”, afirma.

Lilihan acredita que o Refazendo Laços contribui para a inclusão social, pois ao identificar os casos, os técnicos encaminham aos projetos sociais, familiares e vítimas envolvidos na violência doméstica e sexual. Para ela, é um programa que tem relação com os princípios da Psicologia de hoje. “Além da luta permanente do CRP SP, no que diz respeito à defe-

sa de crianças e adolescentes, o olhar da Psicologia preocupa-se com o desenvolvimento pleno e saudável de pessoas, em especial de quem se encontra em estágio de desenvolvimento físico e mental”, associa ela. “Ao participar dessa parceria, o CRP cumpre com seu papel social, na luta pelos direitos da cidadania”, acredita.

O programa, segundo o assistente social Sandro Ilídio, coordenador do programa Aquarela - do qual o Refazendo Laços faz parte -, no primeiro momento priorizou os agentes públicos na formação e supervisão para uma ação em rede, integrada por conselheiros tutelares e representantes das diferentes secretarias municipais - capacitados para proceder diante de casos de violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes, além de estabelecer um desenvolvimento de ações preventivas. “Agora buscamos maior envolvimento da sociedade civil, pois a rede de proteção integral é uma concepção de trabalho que dá ênfase à atuação integrada e intersetorial, envolvendo todas as instituições que desenvolvem atividades com crianças, adolescentes e suas famílias no enfrentamento à violência doméstica e sexual”, comenta.●



aponta para

Congresso Nacional de Psicologia vai estabelecer diretrizes para a construção de projetos coletivos da profissão para os próximos três anos.

O amplo processo de discussão sobre o horizonte que a Psicologia pretende alcançar já está em andamento para se convergir no VI CNP (Congresso Nacional de Psicologia) - "Do discurso do compromisso social à produção de referências para a prática: construindo o projeto coletivo da profissão", tema do congresso. Duzentos e quatro delegados dos 16 Conselhos Regionais de Psicologia vão se reunir, em Brasília, do dia 14 a 17 de junho, afim de elaborar diretrizes para o trabalho do Sistema Conselhos e avançar na elaboração de referências para os próximos três anos. O formato desse encontro - com seus eventos preparatórios, pré-congressos e Congressos Regionais - privilegia o envolvimento de toda a categoria, desde a sua base, na busca de respostas para que o exercício profissional do psicólogo continue com os olhos no compromisso social.

O CNP, instância máxima da Psicologia brasileira, é organizado pelo Sistema Conselhos para estabelecer parâmetros políticos para os Conselhos Regionais e Federal. "É um espaço aberto para todos os psicólogos, de todas as áreas e temas, construir coletivamente um projeto que vem sendo reafirmado há muitos anos, desde os primeiros Congressos Nacionais de Psicologia, que é o compromisso social da profissão. Isso implica em trazer toda a categoria para discutir quais ações devem ser empreendidas e como construir mecanismos mais eficientes e parâmetros mais claros para fortalecer o vínculo do exercício profissional com as necessidades sociais", afirma Maria da Graça Marchina Gonçalves, presidente do Conselho

Regional de Psicologia de São Paulo. "O VI CNP será o fórum para legitimar as referências sob a perspectiva social", diz. O tema do Congresso vai girar em torno do aperfeiçoamento democrático do Sistema Conselhos, dos diálogos para a construção dos projetos coletivos da profissão e da intervenção dos psicólogos nos sistemas institucionais.

O tesoureiro do Conselho Federal de Psicologia, André Isnard, comenta que essas temáticas foram definidas, em dezembro do ano passado pela APAF Assembléia dos Conselhos Regionais, porque boa parte dos psicólogos consegue, hoje, identificar a Psicologia ligada à idéia de atender as demandas da maior parte da sociedade. "A profissão evoluiu na direção de cada vez mais ampliar sua inserção nas políticas públicas e de estar a serviço da população brasileira", argumenta. "Com o VI CNP, pretendemos criar referências nas diferentes áreas de atuação nas políticas públicas para um trabalho técnico e ético de qualidade do psicólogo, levando em conta as experiências que os profissionais dispõem em seu cotidiano", diz.

A presidente do Conselho Federal de Psicologia, Ana Mercês Bahia Bock, reforça dizendo que não há na Psicologia quem não esteja afinado ou que não reconheça que o compromisso social é um projeto para a profissão. "A proposta é efetivar no cotidiano da profissão esse compromisso por meio da construção de referências técnicas coerentes com essa finalidade", destaca ela.

O tesoureiro André Isnard diz que quando o Congresso fala em construir um projeto coletivo para a profissão, que passa pela produção de referências e pela prática, é porque a Psicologia considera possível avançar mais. "Para desenvolver esse processo, é imprescindível reforçar o diá-

logo institucional, porque o Estado é o responsável pela implementação das políticas públicas nas quais o psicólogo tem um papel muito relevante. O campo de Psicologia cresceu muito para além dos consultórios particulares e pode informar quais são os melhores serviços serem prestados nas esferas pública e social", avalia ele.

Segundo ele, para garantir que esses projetos coletivos para a profissão sejam executados é necessário que haja o comprometimento do Sistema Conselhos. Não é por acaso que o Congresso Nacional da Psicologia preceda as eleições que acontecerão no dia 27 de agosto. A idéia é que tanto o Conselho Federal como os Conselhos Regionais assumam o compromisso de seguir as diretrizes que o Congresso Nacional da Psicologia apontar. "É absolutamente inovador", elogia. "Estamos falando de um projeto coletivo da profissão que norteia o Sistema Conselhos. É importante no avanço democrático."

A secretária de Ética do CFP, Ana Lopes, membro da Comissão Organizadora do VI CNP, acredita que o desafio da Psicologia hoje, é apontar um futuro para a categoria. "É preciso desenvolver coletivamente referências para que a profissão se comunique com a sociedade, sobre o modo atuante do psicólogo na Febem, no sistema prisional ou num posto de saúde", exemplifica.

A presidente do CFP, Ana Bock, acrescenta que ao democratizar um canal com a categoria e os movimentos sociais, a Psicologia define referências e unifica as intervenções do Sistema Conselhos. "O congresso está guiado, na sua temática, pelo propósito de tirar a Psicologia do discurso do compromisso para alcançar a realização dele em todos os locais de trabalho dos psicólogos. Queremos abrir novos espaços do exercício profissional para os quais já temos a competência acumulada, mas, nos quais, em uma escala de trabalho a inserção ainda não está consolidada", antecipa ela. É o que acontece no campo da Psicologia das emergências

O avanço do compromisso social

Cronograma do VI CNP em São Paulo

1ª Fase:

- Realização obrigatória dos eventos preparatórios de setembro de 2006 a março de 2007, mobilizando amplamente os psicólogos por meio de discussões de base, encontros temáticos, mesas redondas, debates e outros, com o objetivo de favorecer a organização dos psicólogos, para o levantamento de questões e elaboração de propostas de teses a serem apreciadas e votadas nos pré-congressos. Nos eventos preparatórios não se elegem delegados.
- Realização de pré-congressos até 14 de abril de 2007*, por áreas geográficas definidas no regulamento do Congresso Regional, garantindo ampla participação dos psicólogos, para:
 - Aprovação das teses locais sobre o tema previsto para o VI Congresso Nacional, atendendo ao critério de obtenção de pelo menos 40% dos votos dos psicólogos presentes no pré-congresso respectivo. Só serão consideradas as teses locais discutidas e votadas nos pré-congressos;
 - Eleição de delegados para o Congresso Regional.
 - Deliberações sobre outras proposições de âmbito regional, a serem encaminhadas para os Congressos Regionais.

- Encaminhamento das teses aprovadas nos pré-congressos, pelos Conselhos Regionais para a Comissão Organizadora Nacional via internet até 18 de abril de 2007.

2ª Fase:

- Sistematização das Teses pela Comissão Organizadora Nacional e encaminhamento, até 24 de abril de 2007, às Comissões Organizadoras dos Congressos Regionais.

3ª Fase:

- Realização do Congresso Regional: de 4 a 6 de maio.
 - Aprovação de teses a serem encaminhadas para o VI CNP;
 - Eleição de delegados e suplentes para o VI Congresso Nacional da Psicologia.
 - Deliberações finais sobre proposições de âmbito regional.
- Encaminhamento das teses aprovadas nos Congressos Regionais, via internet até 23 de maio de 2007.
- Encaminhamento da ata, lista de presença, regulamento do congresso e regimento interno, relação de delegados e suplentes, para a Comissão Organizadora Nacional até 23 de maio de 2007.

4ª Fase:

- Sistematização das teses aprovadas nos

Congressos Regionais pela Comissão Organizadora Nacional e encaminhamento aos delegados do Congresso Nacional até 03 de junho de 2007;

- Recebimento até 24 de maio de 2007 pela Comissão Organizadora Nacional de recursos, impugnações de delegados e definição de convidados, devendo a Comissão responder aos recursos até 28 de maio de 2007.

5ª Fase:

- Realização do VI Congresso Nacional da Psicologia de 14 a 17 de junho de 2007;
- O relatório do Congresso, depois de sistematizado e aprovado pela mesa diretora, deverá ser encaminhado ao CFP para divulgação aos psicólogos. A 1ª APAF subsequente ao Congresso deverá debater os encaminhamentos das deliberações.
- A 1ª APAF subsequente ao Congresso deverá discutir a direção política das deliberações do VI CNP e dar-lhes encaminhamentos.

Poderão ser delegados nos Congressos Regionais e Nacional apenas os psicólogos inscritos nos CRPs e adimplentes.

* As datas e locais dos 15 pré-congressos de São Paulo podem ser conferidos no site do CRP 06 (www.crp06.org.br).

(veja matéria na seção Nuestra América Latina), que apresentou um avanço com grande potencial de trabalho junto à Defesa Civil, mas ainda não se cristalizou na prática profissional de forma ampla. “Temos o desafio da atuação do psicólogo no sistema penitenciário, junto à aplicação das medidas socioeducativas e na consolidação do espaço do psicólogo na mediação”, acrescenta.

Ana Bock classifica de feliz a decisão da APAF de incluir também o tema do aperfeiçoamento democrático do Sis-

tema Conselhos pelo fato de a Psicologia ter se desenvolvido muito nos últimos dez anos e exigir que as questões de estrutura e de funcionamento estejam em permanente revisão e debate. “O sistema Conselhos cresce com a categoria e exige o acompanhamento crítico e aperfeiçoamento” afirma ela.

Para Ana Bock, “questões como os critérios para desmembramento e a abertura de novos Conselhos Regionais, que se tornam muitos grandes e que poderiam se

desmembrar em vários regionais menores dentro de um mesmo Estado, são alguns exemplos de assuntos que poderão estar em debate”.

Ana Lopes, coordenadora do VI CNP, finaliza afirmando que para a Assembléia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), “o importante é garantir discussões amplas e de qualidade para qualificar a ação dos Conselhos, em prol de um projeto para a profissão, que conte com a participação da categoria.”●

Eleições para as novas diretorias do Sistema Conselhos

O processo eleitoral para eleger os novos conselheiros do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo e para a consulta nacional do Conselho Federal de Psicologia, em Brasília, já se iniciou. A votação acontecerá no dia 27 de agosto, Dia do Psicólogo, e definirá os nomes que responderão pelas decisões do Sistema Conselhos em todo o país no triênio 2007-2010. Serão eleitos 15 psicólogos suplentes e 15 efetivos para o CRP SP. A consulta nacional do CFP receberá inscrição de chapas formadas por onze conselheiros efetivos e o mesmo número de suplentes.

Iniciado em Assembléia Extraordinária, em 1º de fevereiro, o processo eleitoral tem uma Comissão Regional Eleitoral formada por seis psicólogos que acompanharão a instalação e o monitoramento das eleições no Estado de São Paulo. Todas as subseções do CRP SP terão subcomissões eleitorais.

Os critérios de votação são estipulados no Regimento Eleitoral do CFP, que, no seu terceiro artigo do segundo parágrafo, determina a obrigatoriedade do

voto, que é secreto e intransferível. Para votar, o psicólogo, até o dia 27 de agosto, data da eleição, tem de estar inscrito no CRP de sua região, estar ativo e quite com a tesouraria até 2006.

Para candidatar-se, o psicólogo deve ser brasileiro, estar em dia com as obrigações eleitorais e militares, estar quite com todas as anuidades na tesouraria do CRP de sua região, até 2006, e não estar respondendo a processo jurídico com pena superior a dois anos.

O prazo final de inscrição das chapas para o CRP SP é dia 6 de maio e para o CFP é 20 de junho, últimos dias do Congresso Regional de Psicologia, em São Paulo, e do Nacional, em Brasília. Já as datas limites para o afastamento de cargo em diretoria dos Conselhos de Psicologia, no caso de psicólogos que vão se candidatar à reeleição, conforme o artigo sexto, parágrafo I e IV do Regimento Eleitoral do CFP, é 27 de maio.

Serão disponibilizadas duas modalidades de voto para a eleição do CRP SP e para a consulta nacional do CFP. A primeira será por comparecimento nos locais, onde o Conselho mantém sede ou subseção. O voto por corres-

pondência, por sua vez, é para os psicólogos que estão em cidades sem zonas eleitorais. Esses psicólogos receberão por correio as cédulas para votação e um envelope com porte pago pelo CRP SP. Nesse caso, o psicólogo só precisará depositar o envelope nos coletores ou numa agência dos Correios. Os votos serão registrados em cédulas depositadas em urnas convencionais e só depois serão computados eletronicamente.

Fazem parte da comissão eleitoral as titulares Roselaine Castanheira, Sônia Maria Hayek e Danielle Gonzalez e os suplentes Nelson Castro, Raphael Reis da Silva e Suely Wen D' Santoro.

As chapas para as duas eleições e os locais de votação serão divulgados em edital, com publicação prevista até 28 de julho. O edital de convocação para as eleições está disponível no site do CRP SP (www.crpssp.org.br). As fichas de inscrição de chapas estarão disponíveis com a Comissão Eleitoral, na sede do CRP SP. Para esclarecer dúvidas, envie e-mail para eleicao2007@crpssp.org.br

QUEM PODE VOTAR

- Ser psicólogo (a);
- Estar inscrito (a) no CRP de sua região;
- Estar ativo e quite com a tesouraria em relação aos anos anteriores, até 2006, e em pleno gozo de seus direitos.

LOCAL DE VOTAÇÃO

O CRP SP recomenda que os psicólogos atualizem seus endereços no cadastro do Conselho, já que a definição do local de votação mais próximo será feita através do CEP informado no CRP SP. Se o psicólogo tem dúvidas ou não se recorda de qual o endereço informado, deve consultar pessoalmente ou por e-mail (atendimento@crpssp.org.br) o departamento de Atendimento do Conselho para evitar que se dirija à zona eleitoral errada.

QUEM PODE SE CANDIDATAR ÀS CHAPAS

- Ser brasileiro (a);
- Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;
- Estar quite com todas as anuidades na tesouraria do CRP de sua região, até 2006, e em pleno gozo de seus direitos;
- Não estar respondendo processo jurídico com pena superior a dois anos.

Congresso Regional da Psicologia da 6ª Região - VI CNP

O Congresso Regional (COREP) é composto por delegados eleitos nos pré-congressos, realizados conforme definido no regulamento do Congresso Regional. A participação de observadores e convidados no COREP está especificada no regulamento. Para ser eleito delegado para o Congresso Regional, o candidato deverá ter participado do pré-congresso que o elegeu. As teses, para serem consideradas aprovadas no COREP, obedecerão ao critério de 50% mais um dos votos dos delegados presentes no ato da votação, no Congresso Regional. Uma tese para fazer

parte do documento consolidado a ser votado no Congresso Nacional da Psicologia deverá ser aprovada em pelo menos cinco COREPs. As teses que obtiverem entre 25% e 50% dos votos dos delegados presentes no COREP serão encaminhadas ao Congresso Nacional como Menção. Se uma mesma tese for encaminhada como menção por oito ou mais Congressos Regionais, ela passará a fazer parte do documento consolidado a ser votado no Congresso Nacional da Psicologia.

O regulamento está disponível no site do CRPSP.

INFORME PUBLICITÁRIO

Aprimoramento em Psico-Oncologia de 1º/5 a 4/12 de 2007

Módulos:

- Intervenção em psico-oncologia;
- Resposta psicológica ao câncer;
- Atualização em psico-oncologia;
- A criança com câncer;
- Câncer de mama.

Público-Alvo:

Psicólogos, Psiquiatras, Profissionais da Saúde, Estudantes e Enfermeiros.

Informações e Inscrições:

Fone / Fax: (11) 2189-5078 / 2189-5098
centrodeestudos@hcancer.org.br
www.hcancer.org.br

HOSPITAL DO CANCER
 A. C. CAMARGO



CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS

Inscrições abertas 2º semestre:

CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE

* Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia

Coordenação: Ernesto Raul Duvidovich (CRP06/7745)

Walkiria Del Picchia Zanoni (CRP06/5039)

Início: 30/08/07 Duração: 3 anos

Horário: 5ª feira: 18h às 21h

Informações pelos telefones: 11 3864-2330 / 3865-0017 ou

www.centropsicanalise.com.br / cep@centropsicanalise.com.br

O que é preciso para abrir um consultório?

O psicólogo precisa possuir inscrição ativa no CRP, no INSS, na prefeitura de sua cidade e na Vigilância Sanitária.

Quem deixa os bancos das faculdades entrar no mercado com muita vontade de atuar. Grande parte dos psicólogos já tem como certo que sua atividade profissional é a clínica. Se dúvidas há, são apenas de natureza burocrática. É comum o recém-formado se ver confuso quando se trata dos recolhimentos necessários para abrir um consultório.

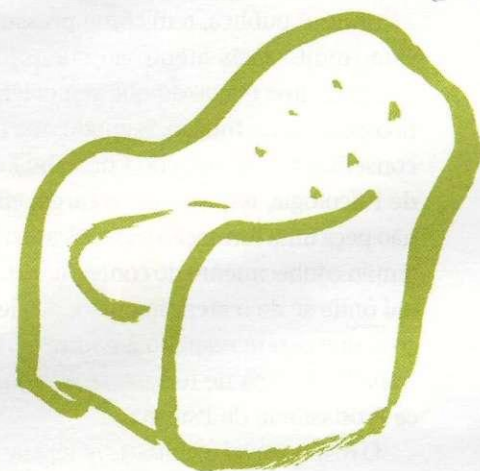
A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) atende muitos psicólogos que chegam com um “caminhão de dúvidas” sobre os procedimentos documentais necessários para realizar o trabalho em consultório.

Para o psicólogo abrir um consultório (ou realizar qualquer outro trabalho como psicólogo) é obrigatório que ele possua inscrição ativa no CRP SP (Lei 5.766/71), sendo a não observância considerada exercício ilegal de profissão.

Além disso, por exigência legal (Lei Complementar 116/03) todos aqueles que trabalham como profissional autônomo precisam recolher o Imposto Sobre Serviços (ISS), um tributo municipal. O imposto é devido no local do estabelecimento prestador. Somente após este recolhimento, poderão ser emitidos recibos que terão valor para efeitos legais. Além deste tributo obrigatório, há outros devidos por aqueles que se constituem sob a forma de sociedades profissionais e que expõem anúncios em locais visíveis ao público.

A contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) como autônomo é um direito que o profissional poderá optar em realizar. Esta serve como documento comprobatório de exercício profissional para fins de aposentadoria, auxílio doença e outros. Em algumas situações, o Conselho solicita comprovação de exercício profissional como autônomo (como em casos de obtenção do título de especialista) através de contribuições ao ISS e INSS.

O cadastramento de psicólogos junto à Vigilância Sanitária também é obrigatório. Isso foi um desdobramento natural da



Resolução nº 218, do Conselho Nacional de Saúde, de 6 de março de 1997, que reconheceu os psicólogos, juntamente com outros profissionais, como profissionais de saúde de nível superior.

A Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998, que dispõe sobre o Código Sanitário do Estado, indica que os estabelecimentos e equipamentos de interesse da saúde são sujeitos ao Cadastro Municipal da VISA. Considera-se que, para efeitos desta lei, os serviços de Psicologia, inclusive a assistência domiciliar, devem ser cadastrados.

Em 22 de abril de 2002 entrou em vigor a Portaria CVS-3, do Centro de Vigilância Sanitária, tornando obrigatória a inscrição do profissional de saúde na VISA de seu município. Portanto, o Cadastro Municipal de Vigilância Sanitária (CMVS) deve ser feito por todos os psicólogos que realizam atendimento em consultórios, considerados estabelecimentos de saúde, mesmo os que não utilizam procedimentos ditos invasivos, tais como o de acupuntura. É preciso consultar a VISA de sua região para verificar o local e os documentos necessários para realizar o cadastro, além de algumas exigências relacionadas à adequação do funcionamento de consultórios e clínicas de saúde.

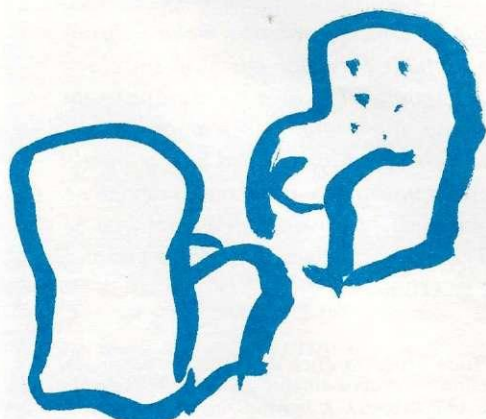
O cadastro deve ser realizado junto à Vigilância Sanitária do município por ser este o órgão responsável pelos cuidados e fiscalização da área de saúde em geral. Quando não há este órgão no município, o cadastro deve ser realizado na Secretaria de Saúde. Existe uma taxa paga ao Estado, mas o recolhimento pode ser delegado aos Municípios.

Dúvidas sobre o local do consultório particular também chegam com frequência à COF que faz a seguinte observação: embora o Conselho Federal de Psicolo-

gia não discrimine locais para o atendimento psicológico, a legislação define em que condições ele deve ocorrer. O psicólogo deve garantir em seus atendimentos um ambiente que ofereça condições dignas e apropriadas à natureza dos serviços e o sigilo profissional, conforme artigos 1º alínea “c” e 9º do Código de Ética Profissional. Na legislação, não há orientações específicas quanto à forma como isto deva ser feito, sendo de responsabilidade do psicólogo ou instituição assegurar que isso ocorra. No entanto, ressaltamos que ele deve seguir (se houver) recomendações da linha teórica adotada em seu trabalho (psicanálise, comportamental etc.).

A legislação do CFP é clara também quanto às exigências para as avaliações psicológicas para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação. Para esses casos, os locais para este tipo de inserção profissional devem ser apenas para essa finalidade, e os consultórios não podem estar dentro ou vinculados aos locais de formação dos condutores (auto-escolas).

Sobre a obrigatoriedade da emissão dos recibos, conforme estabelece o Código de Ética no artigo 1º alínea “e”, são deveres fundamentais dos psicólogos estabelecer acordos de prestação de serviços que respeitem os direitos do usuário ou beneficiário de serviços de Psicologia. O paciente tem direito ao recibo, conforme determina o Código de Proteção do Consumidor (Lei 8.078/91, conhecida como CDC). Na nota fiscal ou recibo, devem constar a quantia paga, a discriminação do serviço, a data, o nome completo da pessoa, o número da cédula de identidade, do CPF e a assinatura do responsável. A lei considera consumidor toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.●



Responsável técnico deve garantir princípios éticos dentro da sua equipe

Ele deve cuidar para que o atendimento seja feito com qualidade a despeito de eventuais pressões da direção das instituições.

O responsável técnico de uma equipe de psicólogos, que atua numa empresa ou numa instituição pública, tem como pressuposto estar muito mais atento ao cumprimento dos preceitos éticos do que seu colega que não exerce essa função. Segundo Ana Lopes, conselheira secretária do Conselho Federal de Psicologia, isso porque o cargo, embora não peça uma formação específica, exige um amplo conhecimento do contexto institucional onde se dá o atendimento e das legislações que dizem respeito à natureza do seu trabalho. Acima de tudo, do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

O responsável técnico deve ter claro que ele trabalha com uma equipe de pessoas que exercem uma profissão plural, com várias abordagens. “É necessário saber articular essa equipe para que ela atue em um determinado projeto terapêutico”, diz ela. No caso da Febem, hoje Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente – Fundação Casa-SP, esse profissional precisa ter um perfil de alguém com grande capacidade de desenvolvimento grupal e de propriedade de legislações, a fim de que no atendimento ao jovem em conflito com a lei o Estatuto da Criança e do Adolescente seja aplicado. “É preciso garantir o conferimento desses direitos aos adolescentes”, reafirma.

Ana Lopes observa que numa instituição em que há precariedade e desassistência do Estado em todos os aspectos, as várias situações limites favorecem o acometimento de faltas éticas. “Esse profissional deve ficar bastante atento às pressões que sua equipe pode sofrer por parte de uma equipe inter-

disciplinar, como médicos e assistentes sociais e outros profissionais que compõem o quadro e têm relação direta com o psicólogo, como os agentes de segurança”, adverte ela. Na dúvida, Ana Lopes aconselha que a ética seja considerada a medida de todas as coisas. “A diretriz para os responsáveis técnicos é ter a compreensão da dimensão da ética desse trabalho e ser o interlocutor dessa postura com a organização onde ele atua”, afirma. “O responsável técnico é o zelador do conferimento dos direitos dos adolescentes junto à sua equipe”, resume.

Essa situação de pressão também pode ser vivenciada em outros ambientes. Ana Lopes comenta que, quando o contexto institucional gira em torno do capital, o responsável técnico por uma equipe de psicólogos pode sofrer coação. Isso pode ocorrer dentro dos departamentos de Recursos Humanos e de Seleção de empresas de vários segmentos, até de segurança privada, no qual os psicólogos podem ser orientados a considerar aptos ao porte de arma candidatos agressivos. “O caminho nesses casos é a denúncia, mas o ideal é que o responsável técnico faça um trabalho preventivo junto à direção da empresa, explicando a postura ética da atividade dos psicólogos para evitar que se chegue a esse estágio de coação”, recomenda.

Patrícia Garcia de Souza, presidente da Comissão de Ética do CRP SP, aconselha que o profissional, antes de iniciar seu trabalho como responsável técnico, conheça a filosofia da instituição em que vai trabalhar e verifique se a missão da empresa converge

para os princípios da Psicologia: o forte respeito ao ser humano e à promoção à vida. “Uma vez ali dentro, o responsável técnico, sobre quem recai uma cobrança maior, tanto por parte da instituição como por parte dos conselhos de fiscalização profissional, deverá garantir que o exercício da Psicologia seja adequado à ética”, afirma.

Ela diz que cabe ao responsável técnico, além de ele mesmo estar devidamente inscrito no Conselho de Psicologia, cuidar para que sua equipe não cometa erros como aplicar testes não reconhecidos, o uso de testes xerocopiados, a falta de sigilo e a adoção de práticas discriminatórias na seleção de pessoal. “A qualidade e a diretriz do serviço são de responsabilidade desse profissional que se incumbirá de fiscalizar como os laudos estão sendo produzidos, como é feita a guarda dos materiais de teste e avaliação psicológica e se não há a prática de exercício ilegal da atividade profissional da Psicologia por alguém de sua equipe”, diz.

Patrícia Garcia aconselha ainda que o responsável técnico esteja sempre se atualizando sobre as novas resoluções do CFP e da legislação da área onde atua para não cometer nem permitir a prática de irregularidades. “Se for omissos, ele pode ser processado eticamente pelo Conselho”, informa. “Caso haja incompatibilidade da cultura institucional com os princípios éticos da profissão, todo psicólogo, mas, em particular, o responsável técnico por uma equipe, deve se recusar a prestar serviço ali e apresentar denúncia ao órgão competente”, sugere ela. ●

A atuação do psicólogo e o compromisso como responsável técnico de instituição

O psicólogo V. atuava em uma instituição realizando atendimento psicoterapêutico a pessoas a ela vinculadas. No local havia uma psicóloga, M., que atuava como responsável técnica.

V. queixou-se junto a este Conselho Profissional que a referida profissional teria criado reuniões de supervisão e exigido a participação dos profissionais de Psicologia como condição para atendimento aos usuários da instituição. Alegou ainda que esta teria entrado em contato com uma das pessoas atendidas por V., diante de reclamação feita na instituição sobre atrasos para início das sessões. Após o contato, a psicóloga teria solicitado a V. atenção ao caso e comunicado a decisão de desvinculá-lo da instituição por este motivo e por sua discordância em participar das reuniões.

V. alega que M. fez intervenções junto a serviço que não era prestado por ela, interferindo no atendimento prestado por outro profissional, ferindo a ética. Além disso, alega também que foi desrespeitosa com o co-

lega de profissão, impondo as reuniões, obrigando que os profissionais psicólogos se submetessem às suas decisões.

Em seus esclarecimentos iniciais M. explica que a instituição tinha um grande número de usuários que necessitavam de atendimento psicológico. Afirmou que sua preocupação primordial era com a qualidade técnica e ética dos serviços prestados.

Com relação às reuniões clínicas, justificou serem estas coordenadas por um especialista da área, sendo obrigatória a participação de psicólogos que tivessem como pacientes os usuários da instituição, sendo este espaço um forma de buscar garantir um espaço para discussão, reflexão de questões teórico-técnicas, objetivando a qualidade do serviço prestado.

Explicou ainda ter tomado conhecimento da reclamação do paciente e que, uma vez que se tratava de usuário que também estava sob responsabilidade da instituição, era procedimento normal chamar o profissional para esclarecer os fatos e tentar proteger a relação com o paciente. Mencionou ter percebido fa-

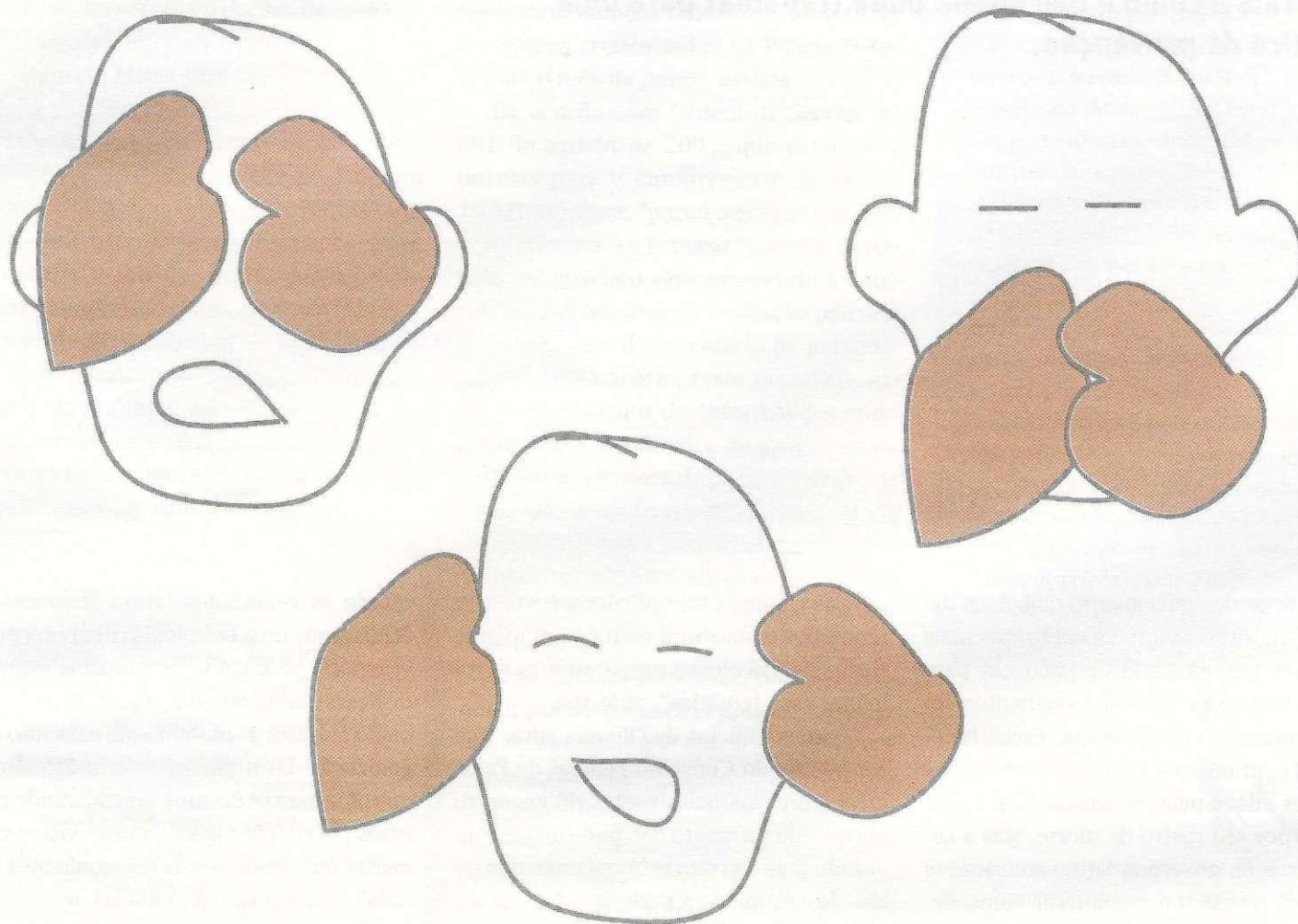
lha do profissional na ausência de encaminhamento diante da impossibilidade de atendimento.

Com relação ao afastamento, pontuou ter feito a sugestão para preservá-lo, ao perceber o desconhecimento do psicólogo da amplitude da sua ação diante de um paciente inserido em uma instituição, onde a responsabilidade não era apenas sua.

Diante dos mencionados apontamentos, ficou esclarecido que não havia indicativo de falta ética por parte da psicóloga M., responsável técnica da instituição em questão. Importante salientar que é função do responsável técnico buscar meios, junto à instituição ou mesmo à equipe de psicólogos, que favoreçam a prestação de serviços de Psicologia dentro dos padrões da profissão.

Todo processo ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar (Resolução CFP 006/01). A normatização profissional citada está disponível no site: www.crp.org.br – item ‘legislação’.

A liberdade mediada



De tempos em tempos, a mídia e suas idiossincrasias explodem como manchete. Nas últimas eleições, outra vez a atuação da mídia ganhou destaque e suplantou a própria notícia. Em vez de limitarem-se a cumprir os seus papéis históricos de informar e fiscalizar, os principais meios de comunicação do país adotaram uma “função” partidária e saíram a campo para defender seus interesses, protagonizando o que chegou a ser chamado de golpe branco, conduzindo a eleição presidencial para o segundo turno.

Formou-se, então, o seguinte cenário: de um lado a mídia, usurpando sua tarefa de informar e se constituindo num importante agente político; de outro, parte da opinião pública e, especialmente, o judiciário, começando a questionar o direito constitucional da liberdade de expressão. O comportamento da revista *Veja* e o jornal *Folha de S. Paulo* - para citar dois importantes meios de comunicação brasileiros - a decisão do judiciário sobre o episódio Emir Sader / Bornhausen e a ação de militantes contra jornalistas destes veículos demonstram o grau de radicalização e mitificação neste debate.

A liberdade de expressão é um princípio, embora indissociável do conceito geral de liberdade, sempre relativizado pelo período histórico e político em que está imerso. O direito à fala e à manifestação era restrita aos cidadãos, logo proprietários e não escravos, da Grécia e de Roma Antiga. A esfera pública nestas sociedades era ativa, porém restrita. É apenas com as revoluções americana e francesa, e esta mais do que aquela, que a idéia de liberdade de expressão ganha a universalidade (formal, pelo menos). Surge, aliás, como condição fundamental do novo modo de produção capitalista que se instalava hegemonicamente, e não como uma benesse burguesa. A liberdade de expressão passa

a ser uma conquista da sociedade.

Este paradoxo de um modo de produção baseado na expropriação do trabalho e a sua necessidade da liberdade para existir, sempre deixou desconfortáveis alguns pensadores liberais. Alex de Tocqueville, na sua célebre análise da sociedade americana, demonstra aversão à imprensa e à sua tendência de proporcionar o que chamava de “ditadura da maioria”. Ou seja, uma esfera que produzia uma opinião pública constituída por uma maioria. A organização dos trabalhadores e a existência de suas principais lideranças (Marx inclusive) só são possíveis de explicar a partir desta contradição inerente no capitalismo.

Entretanto, algumas forças políticas de esquerda tendem a sustentar a posição segundo a qual a liberdade de expressão não existe, pois sua prática seria impedida pelas grandes empresas de comunicação. Considere tal posição reducionista. Se, por um lado, é verdadeiro que os grandes grupos de comunicação procuram controlar a liberdade de expressão, por outro não devemos perder de vista que a referida liberdade será sempre mediada. Dito de outro modo: a mediação da liberdade de expressão não é um “mal” capitalista, mas a condição para que ela exista. Não há, como sabemos, liberdade “absoluta”. Ela será sempre mediada, em qualquer regime. As dimensões dessa liberdade corresponderão ao pacto que o Estado e a sociedade estabelecerem (regimes autoritários à parte). Aos meios de comunicação, caberá garantir a liberdade de expressão dos cidadãos, independente das outras formas de protegê-la, entre elas, o recurso à Justiça.

Assim fez o senador Jorge Bornhausen, ao processar judicialmente Emir Sader. Discordamos das posições daquele parlamentar do PFL, mas não podemos negar-lhe o

direito de processar quem, na sua opinião, teria exacerbado da liberdade de expressão. Cabe-nos discutir, sim, a interpretação descabida patrocinada pela Justiça. Não por acaso, a Justiça e a imprensa são os únicos setores sociais que não se submeteram a regulação de qualquer tipo. A sociedade precisa construir mecanismos de controle público sobre ambos.

No caso da imprensa, as posturas assumidas nas últimas eleições pela revista *Veja* e pelo jornal *Folha de S. Paulo*, por exemplo, exacerbaram a função de crítica e de fiscalização. Transformaram-se em espaços de opinião partidários. Deixaram de expressar a opinião da cidadania em seus variados matizes. Suas posturas deveriam ser, por isso, avaliadas pela sociedade, que precisa dispor de mecanismos mínimos de controle dos meios (algo que somente será conquistado através da adoção de uma política de comunicação). A adoção dos referidos mecanismos não representaria qualquer impedimento à liberdade de expressão e à autonomia jornalística - posto que os jornalistas devem dar trânsito aos interesses da sociedade (por essa razão não devem ser desconstituídos como categoria).

Por outro lado, os meios de comunicação não devem ser considerados intrinsecamente malignos. Mas eles não estão acima do bem e do mal. A liberdade de expressão que carregam não é de sua propriedade. Ao contrário, é direito intrínseco ao cidadão falar e ouvir o que desejar. ●

Celso Schröder

Coordenador Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). É jornalista e professor do curso de Jornalismo da PUC RS.

Desastre começa na condição social

Encontro na Argentina abordou nova visão sobre os eventos naturais e como a Psicologia pode trabalhar para uma política de prevenção.

Em tempos de aquecimento global, os desastres naturais assumem contornos mais assustadores, ganhando espaço nas pautas de discussão de vários segmentos sociais, incluindo a Psicologia. Esses fenômenos continuam sendo, oficialmente, os grandes vilões pela destruição física causada e por seu rastro de morte. Mas a sociedade e os governos latino-americanos ainda se recusam a reconhecer como desastre a própria condição de vida das populações que foram vítimas de eventos naturais. É sob esta perspectiva que o tema será tratado no Encontro Internacional Psicologia das Emergências e dos Desastres, que aconteceu, em Buenos Aires, do dia 21 a 23 de março.

A psicóloga Susana Chames, presidente da Sociedade Argentina de Psicologia em Emergências e Desastres, coordenadora de Saúde Mental em Desastres da Direção Nacional dos Agentes Sanitários da Argentina e uma das autoridades do encontro, observa que o desastre está mais na forma como se organizam as sociedades do que nos excessos da Natureza. “Alguns incêndios que aconteceram na América Latina nos últimos anos estão relacionados a situações culturais que não consideraram seus riscos. Tivemos, ainda, desastres que foram consequência justamente de não se saber o que fazer numa emergência”, diz. Para ela, a intervenção dos fatores humanos e sociais com menos apego às normas - questões relacionadas às características culturais e socioeconômicas -, é mais grave do que os humores da Natureza.

Susana diz que para a Psicologia latino-americana interessa agir sobre os fatores sócio-culturais e desenvolver canais de participação da comunidade para redução das situações de desastres. “O encontro tem o propósito de ser um ponto de partida para gerar modalidades de participação comunitária, de conscientização da comunidade sobre as situações de risco”, espera ela. Susana Chames acredita que os psicólogos brasileiros terão uma grande oportunidade de compartilhar com outros profissionais modalidades de intervenção a partir de experiências vivenciadas em países continuamente afetados por desastres

naturais, como Chile, México e Peru. “Prendemos construir uma rede latino-americana de psicólogos preparados para trabalhar essa temática”, antecipa.

Marcus Vinícius de Oliveira Silva, vice-presidente do Conselho Federal de Psicologia e um dos palestrantes do encontro, afirma que o assunto não pode mais ser ignorado pela Psicologia brasileira e dos países do continente americano. “Isso se evidenciou no seminário sobre a matéria realizado, em junho de 2006, no Rio de Janeiro. Ali, percebeu-se uma tendência latino-americanista de construir uma intervenção em situações de emergências e desastres para além da questão do estresse pós-traumático”, revela.

Contextualizando, ele lembra que nos países avançados, de maior organização e de suposta previdência social, destaca-se o ponto de vista técnico, seja dos processos de mobilização das comunidades para enfrentamento das emergências, quanto do próprio ponto de vista da assistência às populações. Nessa área, os aspectos de natureza mais epidemiológica e medicalizada seriam o foco de intervenção. “Na América Latina, não se pode dissociar os eventos da natureza da tragédia social permanente. Quando um barranco cai e derruba o casebre, o desastre natural está relacionado à calamidade social de haver um barraco na favela. Isso, ainda, não é percebido como desastre”, lamenta ele. Tratar tão somente do estresse pós-traumático é simplificar a visão sobre a América Latina, que reúne povos com visíveis contrastes sociais.

Marcos Vinícius ressalta que as condições sociais latino-americanas de “países periféricos” - moradia, habitação, saúde e trabalho -, são muito corroídas. “Quando 25% da população da Guatemala é expatriada dos territórios indígenas por força da repressão do exército na década anterior, isso gera uma situação de calamidade, de deslocamento massivo de população que tem a ver com desastre político”, compara ele.

O encontro de Buenos Aires será mais um passo na tentativa de se construir uma cultura da prevenção e uma Psicologia das emergências e desastres que seja mais ade-

quada às realidades latino-americanas. “Queremos uma Psicologia com percepção crítica da produção dos próprios eventos de desastres, apontando a prevenção, o trabalho cultural de mobilização e da auto-organização das populações; uma Psicologia que olha para os eventos, considerando que essas populações já são muitas vezes vitimadas por condições de desigualdades sociais”, destaca Marcus Vinícius. ●

Participação maciça da América Latina

Foram inscritos no Encontro Internacional “Psicologia em Emergências e Desastres, em Buenos Aires, mais de 150 pessoas de quase toda a América Latina, com atenção especial para Brasil, Argentina, Peru, México, Chile, Colômbia e Guatemala. Autoridades de Israel, Itália, Espanha e Estados Unidos também participarão. O encontro tratou de assuntos como:

- Meio ambiente, ecologia e biotecnologia.
- Fatores psicológicos e psicossociais na gestão integral dos desastres
- Sistemas de atenção de vítimas múltiplas: aportes da Psicologia
- Impacto individual e social
- Impacto emocional no pessoal de emergências
- Ajuda internacional
- Gênero, exclusão, pobreza e deslocamentos.
- Infância, incapacidade e terceira idade.
- Sociedade civil e cultura da prevenção
- Segurança e higiene
- A universidade na formação de recursos
- Reabilitação de comunidades danificadas e lições aprendidas
- Instituição de saúde na abordagem de desastres

Site: www.sapsed.org.ar/encuentrointernacional

Geografia do desastre na América Latina

Chile – terremoto em 1906 matou 20 mil pessoas. Em 1960, matou 5,7 mil pessoas;
Peru – o vulcão Huascarán matou 3 mil pessoas; em 1970, terremoto matou 66 mil pessoas.
Nicarágua – em 1972, terremotos e enchentes mataram 10 mil pessoas.
Guatemala – em 1976, terremoto matou 23 mil pessoas; em 2005, furacão Stan matou 2 mil pessoas.
Caribe – em 1979, furacão matou 2 mil pessoas.
México – em 1982, 1,8 mil pessoas morreram por causa de um vulcão; em 1985, 9,5 mil pessoas morreram num terremoto.
Colômbia – em 1982, o vulcão Nevado Del Ruiz matou 23 mil pessoas; em 1999, 1,1 mil morrem em terremoto.
América Central – em 2005, enchentes matam 1,4 mil pessoas;
Venezuela – em 1999, enchentes matam 20 mil pessoas.
El Salvador – em 2001, 850 pessoas morrem em terremoto.
Haiti e República Dominicana – em 2004, 2,4 mil pessoas morrem em enchentes.

De vítima à agente

A cronologia dos desastres naturais ao redor do mundo revela que o planeta vem manifestando sua fúria em níveis mais intensos e em maior quantidade. E o homem deixou de ser mera vítima para ser agente desses fenômenos. Por conta do aquecimento global provocado pela emissão de gases jogados na atmosfera pela civilização, o número dos eventos naturais subiu, segundo o Instituto de Biologia da Unicamp, de 260, em 1990, para 337, em 2003, e a quantidade de pessoas atingidas cresceu exponencialmente.

Segundo o biólogo Carlos Alfredo Joly, professor do Instituto de Biologia da Unicamp, em entrevista ao jornal da própria universidade, em outubro de 2005, esse crescimento pode ser uma decorrência da concentração cada vez maior de pessoas em áreas urbanas sem a infra-estrutura adequada (favelas, zonas de risco de deslizamento, áreas sujeitas a inundações e outros).

O pesquisador Carlos Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, na mesma entrevista, revela que, no Brasil, 85% dos desastres ambientais são causados por fenômenos climáticos. Para ele, a melhor maneira de lidar com esses eventos é desenvolver ferramentas de previsão de sua ocorrência e implementar políticas públicas para sua prevenção e mitigação de seus efeitos. E alerta: “nosso país corre o risco de ser forte e adversamente afetado por qualquer aumento da frequência de desastres naturais, em virtude de nossa dificuldade histórica de lidar com a variabilidade natural do clima, com seus extremos”.

Psicologia de emergência e desastres na ULAPSI

No seminário na Argentina, será definido a apresentação de um simpósio de Psicologia de emergências e desastres dentro do II Congresso Latino Americano de Entidades de Psicologia da ULAPSI (União Latino-americana de Entidades de Psicologia), em Cuba, que acontecerá entre os dias 12 e 14 de setembro de 2007. Esse movimento, através da perspectiva da ULAPSI de construir uma Psicologia latino-americana com a elaboração de metodologias e formas de atuação e de pensar, vai trabalhar no sentido de formar uma rede latino-americana nessa área.

O II Congresso, promovido pela ULAPSI com apoio da Sociedad Cubana de Psicología de la Salud e da Sociedad de Psicólogos de Cuba, tem como objetivo promover debates que estimulem o desenvolvimento de uma Psicologia voltada para a realidade dos países da América Latina e criar espaços para consolidar contribuições e estudos entre psicólogos e pesquisadores da área.

Os países da América Latina têm uma realidade semelhante, com problemas de pobreza, desemprego e desigualdade social que marcam profundamente as relações sociais. A Psicologia, com uma tradição de compromisso com interesses das elites destes países, afirma hoje um outro projeto de ciência e de profissão voltado para a realidade da maioria da população. A ULAPSI está empenhada em desenvolver esta nova perspectiva e compromisso para a Psicologia nos países da América Latina e o II Congresso Latino Americano de Psicologia faz parte deste esforço.

As inscrições estão abertas desde o dia 5 de fevereiro e podem ser feitas no site www.ulapsi.org. Até 30 de junho, estudantes pagam US\$ 50 e os profissionais, US\$ 100. Os pacotes para a viagem também podem ser encontrados na página da ULAPSI na internet.

Por que políticas públicas em educação interessam ao psicólogo?

Com a publicação do livro “Políticas Públicas em Educação: uma análise crítica a partir da psicologia escolar” um grupo de psicólogos, pesquisadores, mestres, doutorandos e doutores do Instituto de Psicologia da USP vai responder essa questão demonstrando – com a produção científica produzida – os riscos da compreensão superficial das práticas pedagógicas advindas da implementação das políticas públicas.

Ao aprofundar as reflexões sobre o discurso produzido nas instituições escolares e educacionais frente ao discurso oficial, recorrendo a uma metodologia inovadora e crítica, os autores vêm nos falar de princípios éticos e políticos, sem os quais a psicologia tende por um lado a uma psicologização da educação, atribuindo aos estudantes e suas famílias as dificuldades que vivem no hostil e desigual ambiente escolar, ou por outro adota uma postura relativista imobilizadora, quando não de verdadeiro retrocesso.

Na busca de uma Psicologia que comportasse a compreensão do humano em suas dimensões concreta e histórica, estes pesquisadores foram à raiz da construção dos conhecimentos produzidos na e sobre a escola, verificando os compromissos políticos e as perspectivas teóricas de algumas políticas públicas educacionais implementadas nas redes estadual e municipal de São Paulo.

O discurso oficial apresentado nas diversas políticas educacionais estudadas, quando confrontado à realidade expressa pelos diversos atores educacionais no cotidiano das instituições, verificada pelas observações e entrevistas dos pesquisadores, é revelador do caráter ideológico que comporta, contribuindo para ampliar desigualdades que se propõem sanar.

“Sobrevivendo sem um arranhão da caridade que nos detesta” é a expressão utilizada por Luiz Antonio Alves quando analisa os efeitos da subserviência da educação brasileira ao contexto do neoliberalismo, no mundo globalizado em que estamos inseridos. Analisando o documento “Referenciais para a formação de professores”, tendo por base os estudos de Michael Foucault sobre as relações de poder, o pesquisador identifica que as concepções de competência e qualidade compõem no documento estudado com a mesma conotação presente no discurso sobre a qualidade e qualidade total da economia de mercado do tipo neoliberal, submetendo a educação aos critérios mercadológicos, que caminha em contraposição à democracia participativa, necessária a um projeto progressista de sociedade.

Na esteira das mudanças ocorridas a partir da promulgação da LDB de 1996, o projeto político-pedagógico exigido pelas escolas da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo traz uma possibilidade de transformação da realidade escolar, que

Por que políticas públicas em educação interessam ao psicólogo?

Flávia Asbahr analisa à luz da Psicologia histórico-cultural e da teoria da atividade. A questão é verificar se este seria um instrumento de resistência à desintegração entre a significação social e o sentido pessoal na atividade pedagógica do professor, na medida em que este possibilita a discussão acerca dos problemas escolares e direciona as finalidades e ações educativas em diversos âmbitos. Entretanto a escuta do professor revela que os problemas da escola não são teóricos, mas fundamentalmente políticos”. O trabalho pedagógico fragmentado, a solidão do professor em sala de aula, as tarefas burocráticas excessivas, tudo conspira para que a desintegração se mantenha, e o fracasso da política proposta – ainda que sentido na dimensão da subjetividade dos professores – precisa ser compreendido nas contradições presentes entre a organização social e o trabalho pedagógico, para que possa encontrar saídas de superação da alienação.

Três propostas da política educacional do Estado de São Paulo são analisadas em três pesquisas que se complementam: a implantação da função do professor coordenador pedagógico, o regime de progressão continuada e a inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais. Analisando os programas em sua versão oficial e na trama cotidiana vivida pelos professores, os pesquisadores – Marcelo Roman, Lygia Viégas e Carla Angelucci, respectivamente – encontram paradoxos reveladores do caráter ambíguo das políticas públicas estaduais presas à teia ideológica de seus propositores.

O professor coordenador pedagógico que deve conciliar atividades de tendências incompatíveis – como a democratização por meio do trabalho coletivo autônomo e a articulação da unidade escolar com novas diretrizes propostas pelo sistema de ensino de maneira autoritária – é atropelado pelo cotidiano escolar que lhe impõe inúmeras tarefas díspares, indicando a desvalorização de sua função. Defendida pela versão oficial, sindical e acadêmica, ainda que com justificativas distintas, a função do professor coordenador pedagógico perde-se em ações desarticuladas do projeto inicial e revela-se como uma função ideológica dos mecanismos institucionais.

O regime de progressão continuada é implantado na rede estadual de São Paulo, em continuidade a iniciativas anteriores no Estado, visando alterar índices de

reprovação, defasagem série/idade e evasão, baseada na crença de que toda criança é capaz de aprender se lhe forem oferecidas condições de tempo e de recursos. Ainda que aceite em seus princípios, encontra grande resistência dos professores, dada a forma autoritária com que é proposto, ampliando a exclusão no interior da escola, o mal-estar dos docentes e o preconceito contra os alunos e professores. Expressões veiculadas nas escolas, e trazidas pela pesquisadora, não deixam dúvidas do efeito perverso causado: “Substituição de uma distorção por outra”. “Estou deixando de ser uma professora digna, meu trabalho não vale nada”. “Da pedagogia da repetência à pedagogia da enganação.”

Estudando a proposta de incluir, em classes regulares da rede estadual de ensino paulista, alunos com necessidades especiais, com a perspectiva de garantir educação a todos, a pesquisadora Carla Angelucci identifica a permanência da lógica excludente nas políticas de inclusão escolar. No confronto da legislação com elementos do cotidiano escolar, o estudo traz análises e reflexões fundamentais para o conhecimento do psicólogo que atua nessa área.

Finalizando a obra, a professora e orientadora do programa de pós-graduação do IPUSP, Marilene Proença Rebello de Souza, fala de desafio, dilemas e possibilidades. Destaco a opção metodológica do grupo para analisar o “miúdo” da escola sem perder as dimensões da totalidade do fenômeno estudado, como uma grande contribuição para a Psicologia Escolar atual, que oferece um caminho para encontrar o humano nas relações estabelecidas no contexto educacional, sem perder a crítica e a dimensão política necessária à prática do profissional da Psicologia.

Dado o aprofundamento teórico, riqueza metodológica e a abrangência de seu conteúdo, esse livro é um presente aos psicólogos que atuam na educação.●

Beatriz Belluzzo Brando Cunha

psicóloga pela UNESP, doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela USP. Atualmente atua como subcoordenadora da Comissão Gestora do CRP - SP, subsele Baixada Santista e Vale do Ribeira.



Estante

Educação, psicanálise e direito – combinações possíveis para se pensar a adolescência na atualidade - Mônica Amaral (org)

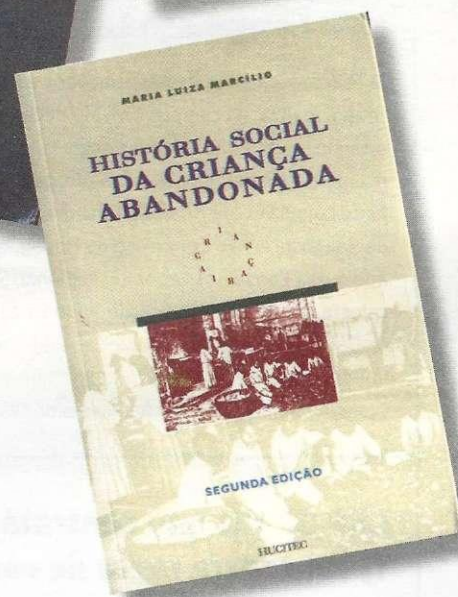
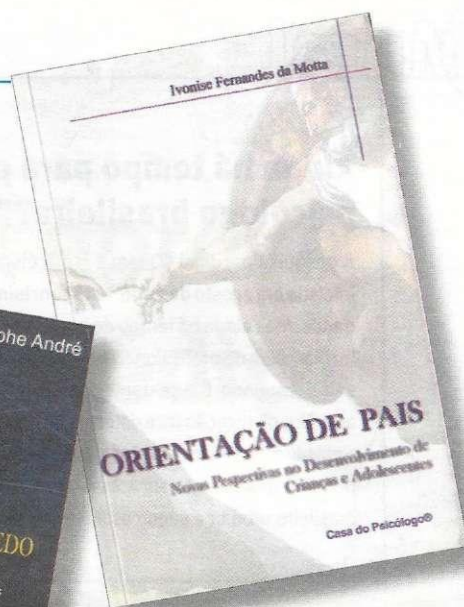
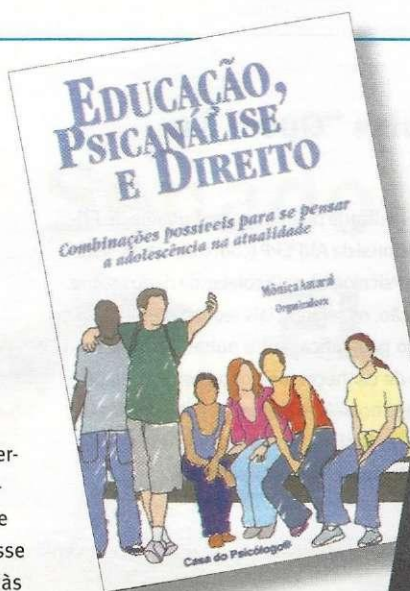
Discute-se muito sobre as tendências pós-modernas da cultura contemporânea, em que prevalece a sexualidade vigilante e uma intimidade que se tornou objeto permanente de exposição. Nesse contexto, o adolescente se encontra vulnerável às incidências da cultura, com repercussões em sua subjetividade. O livro se propõe a adentrar em discussões que percorrem desde os campos da educação, a psicanálise como crítica da cultura, a indústria cultural e a formação da juventude, até questões envolvendo um debate tão atual como o da idade penal. Casa do Psicólogo (11) 3034-3600, 2006, 216 págs. R\$ 29.

Andaimes do real: psicanálise da crença - Fabio Herrman

O que significa crer? O livro mostra a natureza dessa função psíquica, como e porque acreditamos em nossas idéias sobre o mundo, em nossas percepções e sentimentos. Estuda as relações entre crença, fé, certeza e dúvida. Explora também o mistério dos delírios, quando se crê naquilo em que ninguém crê, e é preciso explicar-se, justificar a própria existência para o outro. Também propõe ao psicanalista uma clínica da crença. Casa do Psicólogo (11) 3034-3600, 2006, 191 págs. R\$ 27.

Participação no trabalho - Maria Chalfin Coutinho

Faz parte da Coleção Trabalho Humano. Considera que um diagnóstico das últimas duas décadas, no contexto em que emergem sistemas formais e informais de participação dos trabalhadores na gestão do trabalho, coloca-nos diante do desafio de aprimorar a análise histórica e política da introdução de sistemas participativos e da sua efetividade organizacional. O livro pretende contribuir com esse diagnóstico e com a atualização da discussão sobre o universo das relações de trabalho e dos sistemas de gestão brasileiros. Casa do Psicólogo (11) 3034-3600, 2006, 310 págs. R\$ 40.



Vidas arriscadas – o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico - Marisa Feffermann

Retrata as vidas dos jovens que trabalham para o tráfico em São Paulo, que têm expediente diário de 12 horas e estão sempre armados e prontos para atender à clientela nos pontos de venda. O livro mostra que, ao entrar para o tráfico, o jovem não se deixou seduzir pelos ganhos fáceis do crime, mas escolheu o sufoco da compra e venda da força de trabalho e se proletarizar em uma escala regressiva inédita – ou seja, são também trabalhadores. Editora Vozes, (24) 2233-9000, 2006, 352 páginas, R\$ 39.

Psicologia do medo: como lidar com temores, fobias, angústias e pânico - Cristophe André

Nenhum de nós é culpado pelos grandes medos que nos invadem. Não escolhemos ter medo. Mas podemos, por outro lado, decidir compreender melhor esse mecanismo da mente, e assim nos preparar para lidar com ele mais apropriadamente e não deixar que tome conta de nossa vida. Esse livro ajuda a compreender porque os mecanismos do medo podem desregular-se e como nosso cérebro emocional assume o poder. Editora Vozes (24) 2233-9000, 2007, 302 págs, R\$ 48.

História social da criança abandonada - Maria Luíza Marcílio

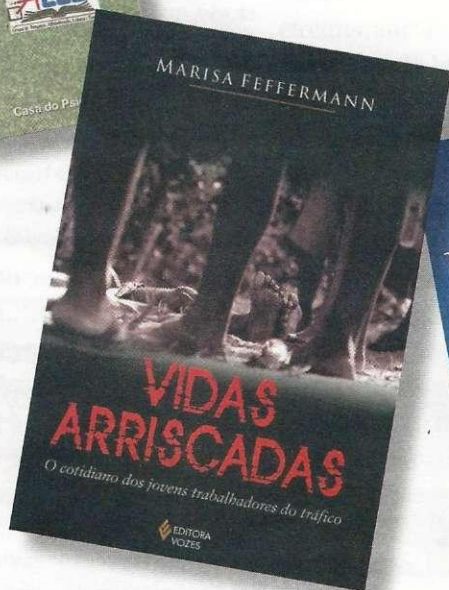
Livro calcado em sólidos dados empíricos e na pesquisa histórica, a um tempo informativo (de um tema pouco estudado), orgânico (na intenção de servir à causa da construção dos direitos da criança no Brasil) e reflexivo (sobre o processo de abandono e de amparo à criança mais desvalida, dentre as desvalidas, que sempre foi a criança abandonada). Editora Hucitec (11) 3064-5120, 2006, 331 págs, R\$ 49.

Orientação de pais - novas perspectivas no desenvolvimento de crianças e adolescentes - Ivonise Fernandes da Motta

Da coleção "Prevenção e Psicoterapia". A autora adentrou a seara pouco explorada da prevenção em Psicologia Clínica – a da prevenção secundária. Isto é, aquele procedimento no setor de saúde mental que se dirige aos indivíduos que apresentam algum distúrbio de adaptação. Norteou-se pelo princípio mais eficaz da prevenção secundária: o diagnóstico precoce. Sua intervenção se dirigiu para o ser mais frágil da odisséia do crescimento, a criança, e com isso deu uma valiosa contribuição à massa de problemas que os pais despejam sobre o desvalido pediatra. Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 2006, 214 págs, R\$ 28.

Afetividade e práticas pedagógicas - Sérgio Antônio da Silva Leite (org)

Esse livro aborda a questão da afetividade nas práticas pedagógicas desenvolvidas por professores em sala de aula. Tem como foco as dimensões afetivas presentes nas relações que se estabelecem entre o sujeito (aluno) e os objetos de conhecimento (conteúdos escolares). Objetiva demonstrar que a qualidade afetiva da história dessas relações depende, em grande parte, da qualidade afetiva da história de mediação psicológica, da qual o professor é o elemento central. Casa do Psicólogo, (11) 3034-3600, 2006, 310 págs, R\$ 40.



Ainda há tempo para participar da pesquisa “Quem é o psicólogo brasileiro?”

A pesquisa nacional “Quem é o psicólogo brasileiro?”, iniciada em agosto de 2006, está concluindo a coleta de dados. Mas ainda há tempo de participar. Quanto maior for o número de profissionais ouvidos, mais preciso e fiel será o resultado. É importante, portanto, que o psicólogo amplie a divulgação da existência da pesquisa para que o envolvimento da categoria seja representativo. Para responder à pesquisa, basta acessar o site: www.psicologo-brasileiro.ufba.br e seguir as instruções em tela.

O levantamento, realizado pelo Grupo de Trabalho de Psicologia Organizacional da ANPEPP (com o apoio do Sistema Conselhos de Psicologia), está coletando dados sobre as áreas de atuação, os referenciais teórico-metodológicos, a localização geográfica, entre outras informações com o propósito de conhecer melhor o exercício da profissão do psicólogo no país e orientar as políticas de atuação e formação profissional com a análise dos resultados obtidos. Participe e divulgue a pesquisa.

XVII Congresso Latino-Americano Flapag

A Federação Latina de Associações de Psicanálise Grupal realiza, no campus da Unip de Santos, de 31 de maio a 3 de junho seu XVII Congresso Latino-Americano - Saúde Cultura e Diversidade, que acontecerá junto com o VI Congresso do Nesme e a VIII Jornada da Spagesp. O XVII Congresso da Flapag, que tem o apoio dos Conselhos Federal e Regional/SP de Psicologia, da Associação Brasileira de Psicoterapia e da Unip, vai discutir os vínculos nos diferentes conjuntos, em que as pessoas compartilham semelhanças e também convivem com diversidades.

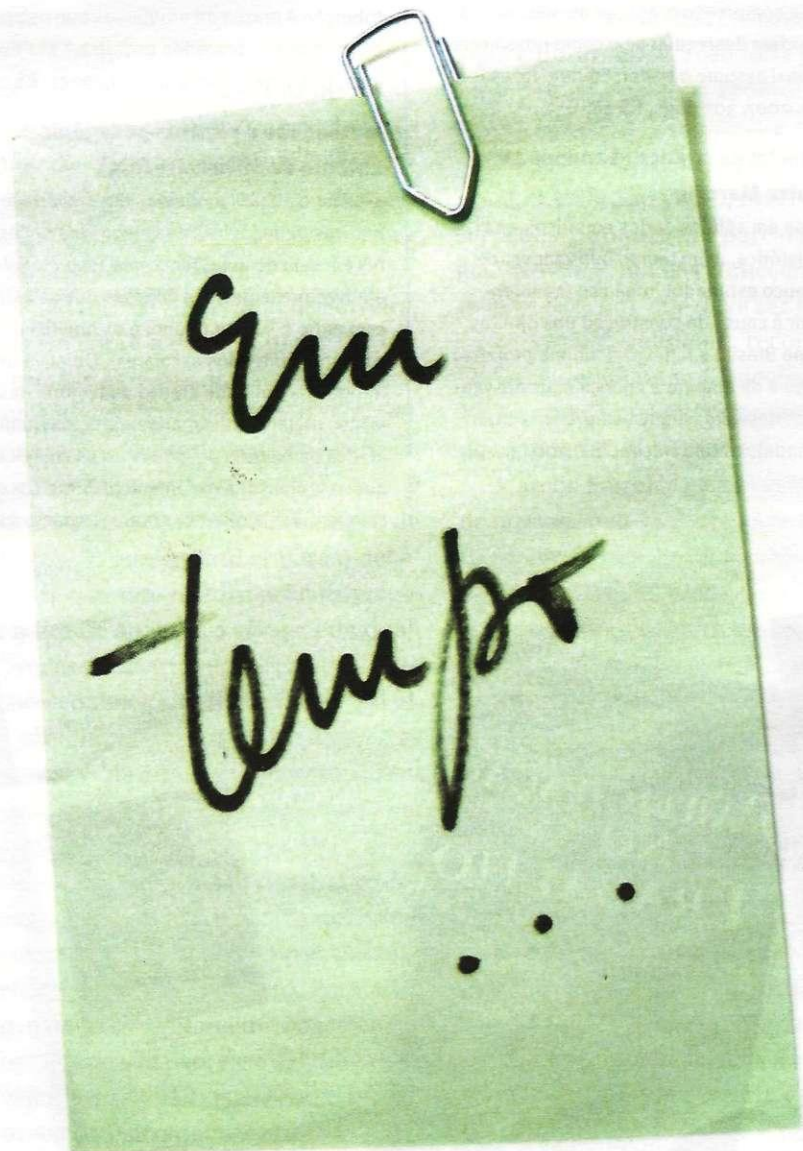
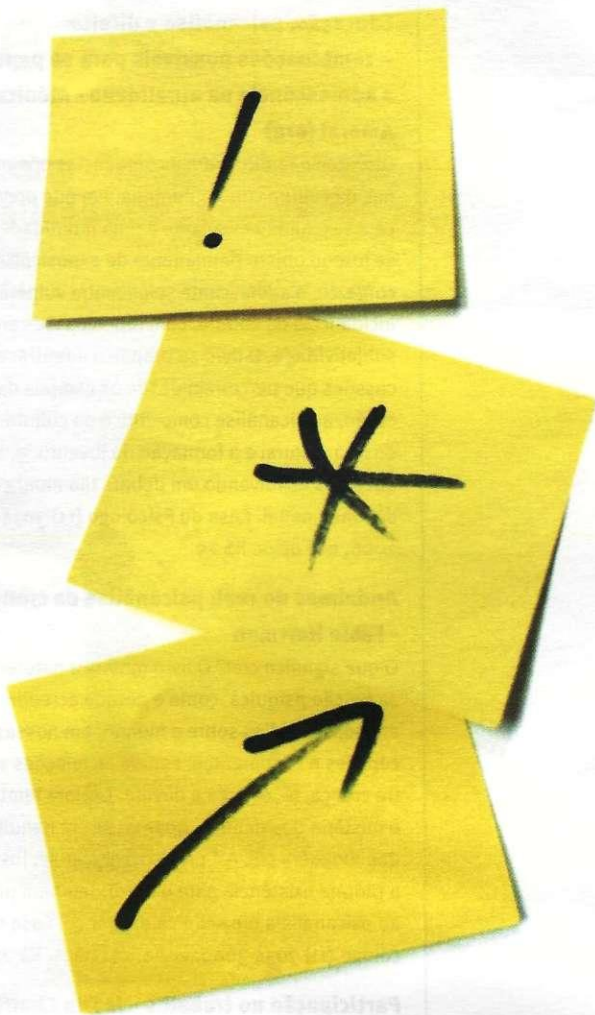
Será oportunidade de saber o que se faz hoje no Brasil e na América Latina em torno de temas como: a cultura da diversidade; a saúde de quem cuida da saúde; álcool, drogas e transtornos alimentares; configurações dos vínculos familiares, preconceitos; vínculos virtuais e as novas formas de amor; psicoterapia em grupo em diferentes contextos; como se vinculam os psicóticos; grupos nos hospitais e outros.

Para maiores informações, acesse www.blcongressoseventos.com.br. Tel.: (13) 3234-5070.

CRP SP diz que contratação de psicólogos voluntários pelo TJ vai contra regra de concurso público

O CRP SP, a Associação de Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça e o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo reuniram-se com o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Celso Luiz Limongi, para discutir a contratação de psicólogos e assistentes sociais aprovados em concurso público. Um dia após a reunião foi publicada a Resolução 285/06, instituindo a prestação de serviço voluntário exercido por graduados em Psicologia, Serviço Social, Medicina e Enfermagem.

O Conselho entrou na luta contra a resolução juntamente com o CRESS/SP, AASPTJ, SINPSI, Associação Brasileira de Psicologia Jurídica e Sindicato dos Assistentes Sociais de São Paulo. Duas reuniões já foram realizadas sobre a matéria, nos dias 27 de novembro e dia 12 de janeiro. Estão previstas manifestações ao Tribunal de Justiça e Assembléia Legislativa, além de convite à participação no movimento dos conselhos de classe das demais profissões mencionadas na resolução.



Conselho lança manifesto pelo fim da FEBEM

Desde janeiro, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo vem divulgando o manifesto contra a tortura, pela cidadania “Educação sim! Tortura não!”, contra os maus-tratos a que são submetidos os internos da FEBEM. O documento traz uma série de reivindicações, como o desmonte da fundação. O documento também pede que os governos municipais, estaduais e o federal priorizem investimentos na educação, nos atendimentos de saúde e nas ofertas de lazer, esporte e cultura para os jovens. O manifesto pode ser assinado no site do CRP SP, no link Serviços.

FEBEM vira Fundação Casa-SP

Foi publicada no dia 23 de dezembro a Lei Estadual 12.469, que altera o nome da Fundação Bem-Estar do menor, a FEBEM, para Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente – Fundação Casa-SP”. A Fundação tem um prazo de 90 dias a partir da publicação para se adequar às mudanças. Na ocasião, o então governador Cláudio Lembo afirmou que a nova nomenclatura é mais adequada à proposta da Fundação, de oferecer abrigo aos jovens.

Brasil assina acordo sobre orientação sexual

A Rede Brasileira de Redução de Danos assinou a Declaração da ONU sobre Orientação de Identidade Sexual e Gênero. A declaração tem por objetivo acabar com as violações aos direitos humanos causadas por discriminação em relação à orientação sexual. O documento foi assinado em dezembro de 2006 por mais de 50 países.

CRP assina acordo com o Sesc

O Conselho Regional de Psicologia firmou acordo com o SESC para a emissão de matrículas de interesse social. Com ela, o psicólogo vai poder usar os serviços da rede e ter descontos para atividades de lazer, esportivas, culturais e oficinas em todo o Estado de São Paulo. Para obter a matrícula, basta ir até a unidade da avenida Paulista, 119, ou às unidades do interior do SESC. A taxa da matrícula individual é de R\$ 34 e a familiar, R\$ 68.

Aprovado projeto que institui os Conselhos Gestores de Unidades de Saúde

A Assembléia Legislativa de São Paulo derrubou o veto ao projeto de lei 851/99, que institui os Conselhos Gestores de Unidade de Saúde, em uma plenária no dia 22 de dezembro passado. O PL já havia sido aprovado pela Alesp, mas foi vetado pelo então governador Geraldo Alckmin. Agora, a lei 12.516 de 3 de janeiro de 2007 foi promulgada pelo presidente da Assembléia. O Executivo ainda pode ingressar com Ação de Declaração de Inconstitucionalidade (Adin) para bloquear a aplicação da lei.

Prorrogadas as inscrições para o Prêmio Silvia Lane

A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) ampliou o prazo para a as inscrições no Prêmio Silvia Lane. As inscrições devem ser feitas pelo site www.abepsi.org.br. Os trabalhos ficarão disponíveis no endereço www.bvs-psi.org.br. O prêmio Silvia Lane é entregue a trabalhos de conclusão de cursos de graduação e relatórios de estágio de formandos em Psicologia de todo o país. Os coordenadores devem enviar um parecer com a indicação dos alunos selecionados para concorrer ao prêmio para o endereço SRTV Norte, Qd 702, Ed. Brasília Rádio Center, Ala A, 4º andar, Sala 4038, Brasília, DF, CEP 71719-900. Os resultados vão ser divulgados no mesmo site das inscrições, e os prêmios serão entregues no VI Encontro Nacional da Abep.

ABRAMD promove encontro sobre drogas para educadores

A Associação Brasileira Multidisciplinar de Estudos sobre Drogas (ABRAMD) vai realizar, no dia 24 de março, seu I Encontro de Educação. As inscrições já estão abertas e custam R\$ 10 se forem feitas até 9 de março e R\$ 15 após essa data. Também é preciso levar um livro infantil-juvenil, novo ou usado. O encontro vai acontecer das 8h às 17h30, na Escola Estadual Profa. Zuleika de Barros Martins Ferreira (Rua Padre Chico, 420, Vila Pompéia São Paulo). Informações e inscrições pelo telefone: (11) 2149-0155 ramal 127, com Marlene ou Márcia, ou pelos endereços de e-mail abramd@bol.com.br e marleners@psicobio.epm.br.

Seminário Mídia e Psicologia

O Conselho Federal de Psicologia realiza nos dias 28, 29 e 30 de junho, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Campus Praia Vermelha da Urca -, o seminário "Mídia e Psicologia: produção de subjetividade e coletividade". O evento, promovido em parceria com o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro e com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, tem o apoio do Instituto de Psicologia e Escola de Comunicação da UFRJ. Os eixos do seminário vão desde assuntos sobre a relação dos sujeitos com os meios técnicos de comunicação e a produção subjetiva à tensão entre cidadania e alienação e a contribuição da Psicologia para a mídia de resistência. Maiores informações no site www.pol.org.br.

Novo site divulga pesquisas clínicas

O site da Associação Brasileira de Organizações Representativas de Pesquisa Clínica (Abracro) passou a divulgar informações sobre pesquisa clínica, medicamentos e processos regulatórios. As informações estão em forma de artigos e também em um espaço aberto, onde o internauta pode propor questões ou comentar os textos publicados. O portal também contém uma agenda de eventos. O endereço é www.abracro.org.br.

CRP no Carnaval

O CRP SP apoiou o bloco carnavalesco EURECA (Eu Reconheço o ECA) neste Carnaval. O bloco existe há 15 anos e desfila em São Bernardo do Campo e São Vicente. O tema deste ano foi "Várias infâncias – diversidade socioeconômica e cultural". Antes do desfile, o bloco se reuniu, no dia 1 de fevereiro, para a realização de uma oficina de formação. O desfile do bloco é promovido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Vicente. Participam do bloco cerca de 30 entidades.

CFP leva luta contra manicômios ao Fórum Social Mundial

Com a oficina "Um mundo sem manicômios é possível", o Conselho Federal de Psicologia levou ao 6º Fórum Social Mundial, que aconteceu, em janeiro, no Quênia, os avanços do Brasil na luta para acabar com os manicômios. "Podemos mostrar como o Brasil avançou na reforma psiquiátrica e qual foi a importância do movimento social nessas conquistas", afirmou Elisa Zaneratto, tesoureira do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, que participou da oficina. O Conselho Federal apresentou duas experiências consideradas muito positivas: a do projeto de saúde mental de Belo Horizonte e a da Rede de Atenção Integral à Saúde Mental de Sobral (CE). "Foi muito importante também trocarmos experiências com grupos de outros países, como Holanda e o próprio Quênia, que também lutam pelo fim dos manicômios", acrescentou.

Confira